

PÁGINA

22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
GVces

NÚMERO 48
DEZ 2010/JAN 2011
R\$ 15,00



BRASIL 2.1

O furor de "país do futuro" está de volta,
mas o século é novo e as ideias de modernidade
e atraso já não são mais as mesmas

NICOLAU E A ALEGRIA DO NATAL.

Olá, meu nome é Nicolau. E esta história começa numa véspera de Natal.

E tive uma grande ideia.

Naquela noite, subi no telhado, joguei um presente pela chaminé e sumi.



Eu vi uma família que ia ter um Natal muito triste.



Como é bom ver uma ideia trazer o bem para tanta gente. E hoje o mundo todo conhece essa história. Dá pra acreditar?

ESTA FOI A IDEIA DO
NICOLAU. QUAL É A SUA?
VAMOS FAZER JUNTOS?

Conheça todas as ações do Santander neste Natal: www.santander.com.br/natal



VALORIZANDO IDEIAS
POR UMA VIDA MELHOR

www.santander.com.br

TALENT

O início do começo

A televisão em cadeia nacional registrou a emoção de uma senhora, moradora do Complexo do Alemão, quando a bandeira brasileira foi fincada no alto do morro, após a derrocada dos traficantes. É como se a sua dignidade tivesse sido resgatada, o seu território recuperado, a sua identidade devolvida. Reviveu-se também a esperança de que a polícia retome sua única função, que é a de proteger as pessoas de bem.

Foram essas pessoas, acenando panos brancos em meio ao tiroteio, que deram a chancela e o apoio para a ação da polícia, em uma coesão fundamental que é a base da construção de qualquer identidade. E assim, por um instante, o Brasil saboreou a alegria de um Rio de Janeiro paradisíaco combinada com a segurança da civilidade e da ordem.

Por um momento. Os bandidos fugitivos provavelmente voltarão a se organizar em outros territórios, e buscarão formas de se recapitalizar. O sistema da criminalidade e do tráfico, se hoje foi atingido em cheio, possui ramificações que certamente vão tentar se articular. As milícias ocuparão espaços. O consumidor continuará alimentando o tráfico. O filme *Tropa de Elite 2* bem mostrou como essa rede funciona. A bandeira fincada no topo do morro, amparada pelas suas bases, é apenas “o início do começo”. Há muito trabalho de reconstrução pela frente.

Mas as histórias na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão mostram que o morro, coeso, sabedor do que quer, tem vez. Neste final de novembro, PÁGINA22 fecha a edição da virada de ano inspirada na emoção daquela moradora que teve sua identidade resgatada. Ela é só uma entre os 190.732.694 habitantes unidos por uma língua e um território, mas dá a cara de um Brasil capaz de alcançar e garantir sua felicidade, caso sonhe em conjunto.

Boa leitura e até fevereiro!

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury

FGV
GVces
Centro de Estudos em
Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
REPÓRTER Carolina Derivi
EDIÇÃO DE ARTE Vendo Design
Marcus Marques (edição), Dora Dias (design)
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo
ENSAIO FOTOGRÁFICO A Ponte Estratégia
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina d'Angelo,
Daniela Gomes Pinto, Eli Ridolfi, Flavia Pardini, Gisele Neuls,
Gustavo Faleiros, José Eli da Veiga, Malu Villela, Milena Mendes,
Raul Raichtaler, Renato Guimarães, Rubens Chaves
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
COORDENAÇÃO Jorge Saad
(11) 3807-7084 / (11) 8381 2903 / jorge@aieue.com.br
EXECUTIVO Tupinã Assessoria de Comunicação Ltda
Júnior Tupinã (11) 2597-0090 / 2597-0091 / (11) 8202-4825
junior@tupina.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Aron Belinky, Cynthia Rosenberg, José Carlos Barbieri,
José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi,
Ricardo Guimarães, Roberto Waack
CONCEITO DE COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO
Denise Chaer, Fernanda H. Figueiredo, Jorge Saad
Aiuê: conteúdo relevante (conexao@aieue.com.br)

IMPRESSÃO NeoBand Soluções Gráficas
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores
expressam a visão de seus autores, não representando,
necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

 **Fontes Mistas**
Grupo de produto proveniente de florestas
bem geridas, fontes controladas
e madeira ou fibra reciclada
www.fsc.org Cert no. BV-COC-667255
©1996 Forest Stewardship Council

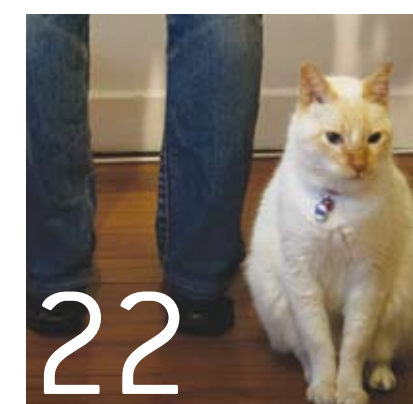
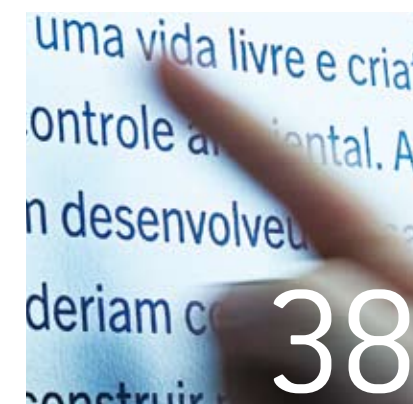
A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORAMENTOS
CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

 **creative commons** PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À
LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO
CONTEÚDO — EXCETO IMAGENS — DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

CAPA: Obra de Nelson Leimer, exposta na 29ª Bienal de Arte de São Paulo, fotografada por
Bruno Bernardi. Nascido em São Paulo e morador do Rio, Leimer é um artista premiado.
Em 2009, recebeu homenagem do Instituto Itaú Cultural pela exposição *Ocupação*



Notas	6
Clima & economia	12
Entrevista	16
Coluna	21
Identidade	22
Retrato	30
Ciência	38
Análise	43
Energia	44
Artigo	48
Última	50



O Brasil, que subverte o modelo clássico europeu, tem um pacote estratégico a oferecer ao planeta: afeto, diz Gilberto Gil

Nem só a busca do bem viver, nem só a civilidade da ética: há espaço para o País combinar o melhor dos dois mundos

Historicamente, o País foi mais de livros que de laboratórios. A virada recente requer olhar um estratégico

Qual a melhor forma de operar o baixo carbono: concentrar no que temos expertise ou diversificar as fontes?

[ELETRÔNICOS I]

Senta que lá vem a história

Saiu no início de novembro o mais recente capítulo da série de filmes sobre a nossa sociedade do consumo e desta vez o alvo são os aparelhos eletrônicos. Trata-se das animações criadas pela ativista americana Annie Leonard, que em fins de 2007 lançou *The Story of Stuff* para chamar atenção sobre como os produtos de consumo são feitos e descartados. Segundo o site do projeto, *The Story of Stuff* foi visto 12 milhões de vezes na internet (há versões com legendas em português: www.storyofstuff.org/international). Os capítulos anteriores abordaram cosméticos, água engarrafada, sistema de *cap-and-trade* para as emissões de carbono.

No novo *The Story of Electronics* (<http://www.storyofstuff.org/electronics>), Annie explica como a indústria de eletrônicos faz uso da “obsolescência planejada”, desenhando produtos para serem substituídos o mais rapidamente possível, além de apontar os efeitos na saúde e no meio ambiente de metais e outros recursos usados na fabricação e liberados no descarte dos aparelhos. O filme, feito em colaboração com a Electronics TakeBack Coalition, uma rede de ONGs, pede que os fabricantes tornem os eletrônicos mais seguros, façam com que durem, e recebam de volta aparelhos usados para reciclagem. Os espectadores são convidados a enviar mensagens aos fabricantes pedindo que abandonem a política de “*design* para o lixo”.
— por Flavia Pardini

[ELETRÔNICOS II]

Consertar em vez de reciclar

Para aqueles que querem mais do que reciclar seus aparelhos eletrônicos, o site [iFixit lançou o Self-Repair Manifesto](http://www.ifixit.com/Manifesto) (www.ifixit.com/Manifesto), em defesa do direito dos usuários de consertar seus gadgets. Segundo o manifesto, consertar é

melhor do que reciclar, ajuda a proteger o planeta, custa menos e incentiva a curiosidade. Para os mentores do iFixit, se você não pode consertar seu aparelho eletrônico, ele não te pertence.

“Uma vez que você desmonta, conserta e monta seu laptop ou iPod de novo, você tem uma compreensão muito melhor de suas partes”, diz o site, criado por dois estudantes de engenharia. “É impressionante como apenas 20 minutos de trabalho e US\$10 tornam um iPod usado tão bom quanto um novo – mas a maioria das pessoas não tem ideia de que há instruções disponíveis para facilitar esse trabalho.” Elas podem ser encontradas em vários manuais compilados de forma colaborativa pela internet e disponibilizados de graça pelo iFixit (<http://www.ifixit.com/Guide>). Ao incentivar que mais gente conserte seus aparelhos em vez de simplesmente comprar novos, o iFixit quer contribuir para consertar o mundo. — (FP)

[MUDANÇA CLIMÁTICA I]

Use seu PC em favor do clima

O projeto climateprediction.net está interessado naquele período de tempo em que o seu computador está ligado, mas não em uso. Durante essa inatividade, sua máquina pode ser parte do esforço para prever o clima da Terra até 2100 e testar a exatidão de modelos climáticos. Em curso desde 2003, o projeto acaba de inaugurar uma segunda fase em que pretende criar modelos climáticos regionais. É o [weatherathome](http://weatherathome.net) (<http://weatherathome.net>), que inicialmente vai modelar o clima na região oeste dos EUA,



na Europa e no sul da África a partir de dados gerados por computadores pessoais.

“Com a ajuda do público, podemos rodar o modelo muito mais vezes do que com um supercomputador e literalmente contar eventos que ocorrem uma vez em 100 anos para ver como as mudanças climáticas estão afetando os riscos climáticos”, disse Myles Allen, da Universidade de Oxford, ao jornal *The Guardian*, que apoia o projeto. “É também muito mais responsável ambientalmente fazer esses cálculos usando tempo de processador ‘reciclado’ em PCs do que comprar um supercomputador enorme e um prédio para abrigá-lo com uma planta de ar condicionado.”

O desenvolvimento de modelos climáticos regionais poderá ajudar a dizer se fenômenos recentes, como as inundações no Paquistão ou os incêndios na Rússia, são atribuíveis ao aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. — (FP)

[MUDANÇA CLIMÁTICA II]

O destino do mundo em jogo

Os dados gerados pelo projeto climateprediction.net foram usados para criar o [Fate of the World](http://www.fateoftheworld.net) (www.fateoftheworld.net), um videogame em que os jogadores dirigem uma entidade no estilo da Organização Mundial do Comércio com fins ambientais. Sua missão é decidir o destino do mundo, seja reduzindo emissões de carbono para mitigar as mudanças do clima, seja deixando as temperaturas subirem para ver todo tipo de evento climático, de enchentes a secas e incêndios.

Os idealizadores do jogo acreditam que os videogames são um ótimo canal para lidar com as complexidades das mudanças climáticas, pois fornecem oportunidade para que as pessoas sintam e vejam a evolução de variáveis – por exemplo, tempo e geografia – em um sistema. “O que eu gosto nesse jogo é que ele permite que as pessoas experimentem, em um mundo idealizado, claro, os tipos de decisões que

A MELHOR MANEIRA DE ENXERGAR O VALOR DA ÁGUA É FICANDO DIANTE DELA.



ambev

ÁGUA NA OCA.

De 26 de novembro de 2010 a 8 de maio de 2011, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo.

ÁGUA na oca

Uma iniciativa do Movimento CYAN.

Realização:

INSTITUTO SAMBARI

teremos que enfrentar, e deixa claro que não há respostas fáceis”, afirmou Myles Allen, da Universidade de Oxford e chefe do climateprediction.net, que receberá a renda das vendas do jogo. — (FP)

[MUDANÇA CLIMÁTICA III]

Uma mão contra o déficit?

Um imposto sobre emissões de carbono foi apontado por 62% dos participantes em um experimento feito pelo *The New York Times* como uma boa maneira de ajudar a reduzir o galopante déficit orçamentário americano. O jornal analisou o orçamento e apresentou um menu de opções para que os leitores fizessem suas escolhas sobre como cortar o déficit. Um quebra-cabeça interativo foi publicado em 13 de novembro e recebeu mais de um milhão de visitas. Onze mil pessoas postaram mensagens no Twitter, a maioria apontando soluções. O jornal tabulou as respostas e, lembrando que não se trata de amostra científica, publicou os resultados (www.nytimes.com/

interactive/2010/11/21weekinreview/21leonhardt-graphic.html).

A opção mais popular – citada em 80% das 6.989 soluções enviadas pelos leitores – foi enxugar o Exército americano e torná-lo menor do que antes da invasão do Iraque. Com 62%, em média, a taxa sobre o carbono foi muito mais proeminente (84%) nas respostas dos leitores que favorecem o aumento dos impostos como estratégia para cortar o déficit do que entre aqueles que preferem cortar gastos (13%). O Senado americano abandonou em julho projeto que previa a redução das emissões. — (FP)

[EDUCAÇÃO]

O ambiente na sala de aula

Sem protocolo, mas com muito compromisso. Mais de 600 escolas, em 89 cidades brasileiras, estão coordenando uma série de atividades sobre aquecimento global e pobreza como parte das discussões sobre a conferência do clima de Cancún, a COP-16. A iniciativa faz parte do

projeto Escola em Ação, liderado pelo Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep), rede de mobilização criada pelo sociólogo Betinho e que hoje congrega cerca de 1.100 instituições.

Com o tema Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Pobreza, a ideia é ajudar crianças e jovens a entenderem mais sobre consumo sustentável, gestão da água e aumento da temperatura global. Com mais de 8 mil mobilizadores, o projeto oferece a professores das redes pública e privada de todo o Brasil material didático a fim de orientar discussões e desenvolver atividades práticas sobre o assunto.

“As ações são voltadas para as populações mais vulneráveis às mudanças do clima e realizadas para que as escolas ampliem a sensibilização dos jovens, com a finalidade de que encontrem seu próprio jeito, sua maneira de lidar com o problema”, afirma Amélia Medeiros, secretária-executiva adjunta do Coep Nacional.

Ao final, as melhores ideias concorrem ao Prêmio Betinho Escola em Ação. Gratuita, a inscrição das escolas pode ser feita pelo site www.escolaemacao.org.br. — **Eli Ridolfi**

FALA, LEITOR *Histórias e ideias de quem lê* PÁGINA 22



Bruno Andreoni foi um dos primeiros assinantes da revista PÁGINA 22, antes de a publicação tornar gratuito todo o conteúdo por meio de sua plataforma multimídia. Fomos atrás dele para saber o que anda fazendo. Sim, ele continua recebendo e, perdoe-nos o cabotinismo, gostando desta versão impressa da revista.

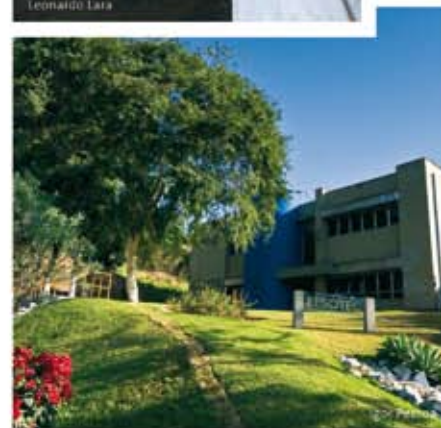
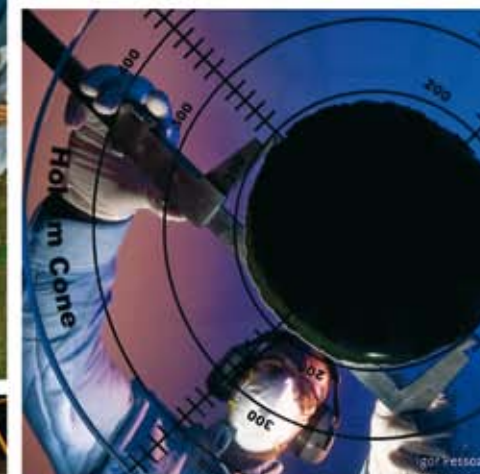
Nascido em São Paulo e formado em Turismo, Andreoni queria valorizar a cultura e a produção locais a partir de ações na área turística, mas achou pouco inovador trabalhar com o poder público. Começou então a fazer programas de recreação com crianças e adolescentes, embalado por uma pós-graduação na área de Educação. Foi quando conheceu e passou a integrar o quadro de colaboradores da Associação Cidade Escola Aprendiz, ou, para os mais próximos, o Aprendiz.

De estagiário a coordenador de comunicação, foram muitas as ações, os projetos e os aprendizados, ainda que em um período rápido. Andreoni tem 27 anos e ingressou no Aprendiz em 2006. Desde o princípio, ele guarda uma diretriz da ONG que vale a pena ser compartilhada: “Se uma cidade está pronta para uma criança, estará

pronta também para o adulto”. Em 2005, passou a organizar a formação de agentes sociais, o que lhe rendeu experiências em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, formando mão de obra em tecnologia social.

Depois, em 2008, assumiu as pesquisas avaliadoras do trabalho de formação e levantamento dos resultados. A passagem pelo Fórum Social Mundial, em Belém, no ano seguinte, foi fundamental para se conectar com outros movimentos e pessoas que trabalhavam questões similares. O processo o levou a assumir a área de comunicação do Aprendiz, desde a estruturação (antes sob responsabilidade externa) até criar uma linha para o projeto de comunicação e traduzir aos diversos públicos que tipo de trabalho é feito ali. Busca da sustentabilidade, de maneira ampla e irrestrita. (ACD)

Holcim. Liderando a construção de um mundo sustentável.



Geração de valor para clientes, colaboradores e sociedade, desempenho ambiental sustentável e responsabilidade social corporativa são os três pilares que sustentam todas as iniciativas da Holcim, reconhecidas no Brasil e em todo o mundo. Pilares que sustentam também nossos compromissos e reafirmam, em cada atividade, nossa paixão pela construção de um mundo realmente sustentável.

www.holcim.com.br

O futurível está fora do eixo

ENTRE O FÓRUM INTERNACIONAL GEOPOLÍTICA DA CULTURA e da Tecnologia (*leia Entrevista à pág. 16*) e o Fórum da Cultura Digital (www.culturadigital.br) houve o show *Futurível*, em São Paulo, no Auditório do Ibirapuera, apontando direções remixadas para o futuro da cultura e da música brasileira. Gilberto Gil se encontrou com a banda revelação de Cuiabá **Macaco Bong** (um *power trio* que faz parte do coletivo Cubo, que, por sua vez, integra uma rede bacaníssima de coletivos chamada www.foradoeixo.org.br). No palco, teve ainda a Banda de Pife Princesa do Agreste, que tocou, dançou e contou causos para uma plateia doida por um baile. Em alguns momentos, a sonoridade de Caruaru mesclou-se com as tramoias do DJ Tudo e Sua Gente de Todo Lugar – reverberações instrumentais unindo os povos. Foram mais de duas horas de passado e futuro, tradição e tecnologia, MPB e rock se materializando em novas canções e imagens projetadas num telão ao vivo pelo DJ Scan. Eram



desenhos primitivos se fundindo a ondas eletromagnéticas e aos personagens daquele futurível momentâneo. O nome do show, aliás, é emprestado de uma música de Gil de 1969, o futuro possível pensado pelo tropicalista, pouco antes de partir para o exílio em Londres. Neste *Futurível* de 41 anos depois, a convergência se estabeleceu no palco, na plateia e nas redes, com transmissão ao vivo pela web.

ANOTE: Artista Igual Pedreiro é o nome do primeiro álbum do Macaco Bong, mistura de peso e delicadeza na carpintaria da música. (www.myspace.com/macacobong)

Lugares, estranhos e quietos

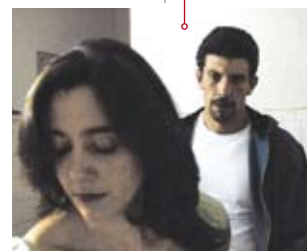
O cineasta alemão Wim Wenders fotografa como filma? A crítica se dividiu para avaliar a exposição inédita de WW em cartaz no Museu de Arte de São Paulo (Masp). Eu vejo uma aura de mistério a cada momento capturado pelas suas lentes. Com ou sem movimento, Wenders te leva à beira do precipício da fantasia. Na exposição **Lugares, Estranhos e Quietos**, o *punctum* (ponto principal de uma questão, segundo o *Aurélió*) trafega por cadeiras vermelhas em cenários verdes, grandes paisagens desoladas, roda-gigante, personagens do túnel de metrô, a cratera deixada por um meteorito. E Wenders, grande



ilusionista que é, confunde quadro a quadro. O artificial e o natural são indistinguíveis e as fronteiras se dissolvem enquanto ele passeia com sua câmera. Neste caso são 23 imagens de grandes cidades ao redor do mundo. Até o dia 9 de janeiro no Masp.

A gambiarra caiu na rede

A exposição coletiva *Gambiólogos* está em cartaz no simpático Centro Cultural da capital mineira de nome CentoeQuatro (www.centoequatro.org). É uma seleção de obras que articulam conceitos da gambiologia. A saber, objetos físicos e sistemas digitais experimentais que relacionam, de formas diversas, a ideia de “gambiarra tecnológica”. São 24 artistas que pegam materiais reciclados do cotidiano e juntam com tecnologias eletrônicas de maior ou menor grau de sofisticação. Dessa forma, articulam temas como a utilização de eletrônica



de baixo nível no lugar de alta tecnologia, o deslocamento industrial, utilizando aparelhos para finalidades distintas às quais foram inicialmente programados.

Meu mundo em perigo

Chega aos cinemas neste dezembro o longa *Meu Mundo em Perigo*, quarto filme de José Eduardo Belmonte. Um diretor dos bons, que demora para chegar às salas comerciais – o filme ficou pronto em 2007 –, apesar de festejado pelo público e pela crítica dos festivais. A história mostra Elias, um fotógrafo desempregado que vê seu mundo desabar quando a ex-mulher consegue a guarda do seu filho na Justiça. Desesperado, ele se envolve em um acidente de trânsito e mata um homem. No meio disso, conhece uma jovem que mora num hotel decadente no centro da cidade, e finge ser muda. Nos cinemas das principais capitais até quando tiver público. Portanto, compareçam!

Faça revisões em seu veículo regularmente.



TÃO IMPORTANTE QUANTO SABER FAZER UM PNEU É SABER DESFAZER UM PNEU.

É com esse pensamento que a Goodyear há 13 anos trabalha como associada da ANIP (Associação Nacional das Indústrias Pneumáticas), com o objetivo de dar destinação correta aos pneus sem condições de uso. Em 2007, em decisão conjunta com a ANIP, foi fundada a Reciclanip, uma entidade sem fins lucrativos, para cuidar exclusivamente das ações de coleta e reciclagem de pneus. E assim mais de 1,2 milhão de toneladas de pneus já foram transformados em asfalto ecológico, solas de sapato, tapetes de carro, combustível para fornos de cimenteiras, entre outros novos reúsos. Esse é apenas um dos esforços da Goodyear na busca por produtos, processos e relacionamentos cada vez mais sustentáveis.

A Goodyear

acredita que

todo pneu pode

rodar mais.

GOODYEAR

Viva Nas Asas Da Goodyear

A fusão entre clima e biodiversidade



O Redd avança usando a lógica de compensar o custo de oportunidade do desmatamento. Um dos riscos é favorecer grandes proprietários rurais em detrimento dos pequenos

Em decorrência do formato das decisões tomadas em 1992 na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, a proteção da biodiversidade e o combate ao aquecimento global são temas que não se misturam na agenda das Nações Unidas. No entanto, o desmatamento de florestas tropicais, por ser uma fonte relevante nas emissões de gases de efeito estufa, tem colocado essas duas dimensões da questão ambiental no mesmo tabuleiro. Essa fusão tem sido acelerada pela busca de instrumentos econômicos que permitam conservação da natureza com geração de renda.

O mais conhecido é o Redd-plus, sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (o plus inclui conservação da natureza e reflorestamento). Embora dependa ainda de uma série de decisões a serem tomadas pela ONU, o conceito por trás do instrumento já está estabelecido. O Redd

é hoje a proposta mais concreta para se compensar a floresta em pé.

Muitos ambientalistas veem com ressalvas a estratégia de calcular o valor das florestas com o uso do preço de mercado de carbono. O pesquisador de primatas Ian Redmond, por exemplo, tem dito em diversas conferências que as florestas são muito mais do que carbono. “Uma floresta cheia de grandes árvores pode parecer saudável, mas ela estará condenada a morrer se não houver vida sob o dossel, pois são os animais que ajudam a polinizar as plantas.” Por essa razão, nas negociações de Redd que ocorrem na ONU, algumas ONGs têm advogado a inclusão de salvaguardas para proteção da fauna, como a proibição de caça nos projetos aprovados.

Outra grande preocupação diz respeito à corrupção. Há cerca de dois anos, em uma conversa durante a Conferência sobre Mudança Climática, em Poznan, na Polónia,

o fundador da organização não governamental Global Witness, Patrick Alley, definiu bem o status do Redd: “É a melhor oportunidade já vista para direcionar recursos para a floresta”, disse. Por outro lado, a possibilidade de que milhões de dólares comecem a fluir para nações em desenvolvimento fez com que ele levantasse questões importantes sobre a capacidade de gerenciar com transparência os projetos florestais. “Estamos falando de países como Brasil e Camboja, que têm longo histórico de corrupção no manejo de suas florestas”, alertou ele, na ocasião.

De acordo com estudo comissionado pelo governo britânico em 2008 a um time liderado pelo empresário Johan Eliasch, uma quantia de US\$ 27 bilhões poderia ser investida anualmente até 2020 em esquemas de redução de emissões por desmatamento, dos quais possivelmente um terço seria obtido no mercado de carbono. Esse investimento permitiria cortar pela metade o desmatamento de florestas tropicais ao redor do globo.

Desde a conversa com Patrick Alley, muita coisa aconteceu no desenvolvimento de estratégias da chamada “governança florestal”. ONGs do mundo inteiro começaram a desenvolver metodologia de como um projeto de Redd deve ser

implementado para beneficiar comunidades pobres e de fato atingir o objetivo de reduzir as emissões causadas pelo desmatamento. Um dos trabalhos tem sido desenvolvido pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e o Instituto Centro de Vida (ICV), em parceria com o World Resources Institute (WRI). Um bom projeto, segundo sua metodologia, necessita respeitar questões como posse de terra, monitoramento e distribuição de recursos.

Talvez o ponto sobre como dividir os benefícios seja o mais delicado. Isso porque

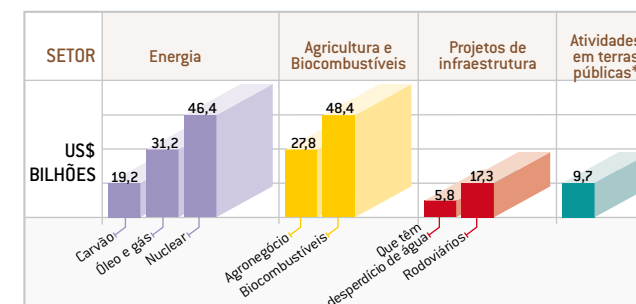
existe uma grande chance de que pequenos proprietários de terra não sejam os maiores beneficiários da compensação. Um estudo do Centro Internacional de Pesquisa Florestal (Cifor) feito no Brasil indica que, na Amazônia, o mais provável é que grandes fazendeiros, mesmo os que já vêm desmatando há anos, sejam aqueles com maior potencial de ganhar dinheiro. A explicação está na lógica de compensação do custo de oportunidade que existe no Redd. “Quando 80% de um problema ambiental é causado por grandes

proprietários de terra, qualquer solução terá de prover algum tipo de compensação por suas perdas”, explicou o autor principal do estudo, Sven Wunder. Interromper de fato o desmatamento significaria pagar aos seus principais causadores valores semelhantes aos lucros obtidos com a derrubada da mata. O custo de oportunidade na floresta brasileira significa equiparar o valor do carbono em um hectare aos ganhos obtidos com a pecuária ou a soja, a madeira ou outro produto que gere desmatamento. (GF)

Corte de subsídios pode reduzir emissões nos EUA

Cortar subsídios diretos e indiretos ajudaria os EUA a reduzir suas emissões de CO₂ e, ainda, a enfrentar sua dívida pública de US\$ 13,1 trilhões. É o que sugere o relatório *Green Scissors 2010*, produzido pela Amigos da Terra Internacional e mais três organizações americanas. O documento aponta quatro áreas prioritárias para cortes no orçamento do período de 2011-2015 que poderiam representar uma economia de até US\$ 200 bilhões e incluem subsídios como o Oil Pollution Act, de 1990, que limita a responsabilidade da indústria para acidentes de perfuração em alto-mar, como o da BP no Golfo do México em abril deste ano. O estudo reconhece que a proposta necessita de muita vontade política para ser posta em prática, mas pequenos passos foram dados. No ano passado, o governo cancelou um programa de reprocessamento de lixo nuclear que custaria US\$ 500 bilhões. Acesse o estudo completo em www.greenscissors.com. (GN)

“TESOURA VERDE”: ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CORTES NO ORÇAMENTO



* Atividades como pastoreio, extração de minérios e madeira
Obs.: Os valores são o potencial de corte somando-se um conjunto variado de subsídios e programas

ENTREVISTA Craig Hanson

Terras degradadas em jogo

Estudo do World Resources Institute aponta 1 bilhão de áreas que podem ser reaproveitadas pela agricultura

Sabe-se que mudanças no uso da terra, como desmatamento e queimadas, são uma das principais causas de emissões de gases-estufa. Lidar com o problema, entretanto, tem-se provado difícil. Uma das razões é a disputa por terras para a produção alimentar. Como produzir comida para uma população mundial em crescimento e ao mesmo tempo conservar as áreas com vegetação natural?

Uma das respostas pode estar em um

novo levantamento feito pelo World Resources Institute em parceria com a Universidade de South Dakota. A análise sugere que existe cerca de 1 bilhão de terras degradadas ao redor do mundo e que elas poderiam ser restauradas como forma de quebrar o dilema comida versus florestas. (Mais em www.wri.org/stories/2009/12/new-hope-restoring-forest-landscapes)

O projeto, encampado pelo príncipe Charles, foi lançado oficialmente em novembro durante um evento em Londres. Para saber mais, conversamos com Craig Hanson, um dos coordenadores da análise:

Qual foi a metodologia para calcular o total de áreas degradadas que podem ser

reaproveitadas? Primeiro identificamos terras que estavam degradadas, o que envolveu uma análise do total de carbono na paisagem e nos estoques de biodiversidade. Depois aplicamos uma série de critérios. São eles: adequação biofísica, viabilidade econômica, aceitação social e disponibilidade legal.

Como a iniciativa foi criada e como ganhou o apoio do príncipe de Gales? O Word Resources Institute estava concentrado em utilizar terras degradadas (especialmente a savana alang-alang na Indonésia) para a expansão de óleo de palma (em vez de a cultura se desenvolver desmatando florestas nativas). Mais ou menos na mesma época, o Projeto do

Príncipe para Florestas Tropicais já estava de pé e apontando que a expansão agrícola é o principal vetor de desmatamento nos trópicos. Nós então nos encontramos (com os executores do projeto) e decidimos colaborar, olhando especificamente para o potencial de restaurar terras degradadas para o uso agrícola como um meio de reduzir a pressão sobre as florestas.

Que tipo de incentivo financeiro ou político está faltando para a restauração em larga escala dessas terras? Uma questão é que as companhias não sabem exatamente onde essas terras estão. Assim, consideramos muito importantes a análise e o mapeamento que estamos fazendo. Outra questão é que os processos para

obter concessões sobre as terras não são claros. Por exemplo, algumas terras degradadas na Indonésia que poderiam ser usadas para óleo de palma estão classificadas como florestas do Estado. Então, em alguns casos, o zoneamento necessita ser refeito para permitir atividades nas áreas degradadas.

Como o Brasil poderia utilizar terras degradadas de forma economicamente viável? Pelo que sei, existe muita conversa sobre “terras degradadas” no Brasil e uma variedade de números flutuando sobre quanta terra degradada está disponível. Recuperar essas áreas e colocá-las de volta para pastagem ou agricultura pode ter um papel importante, aliviando a



pressão sobre as florestas brasileiras. O Brasil pode ter comida e florestas ao mesmo tempo. E é claro que algumas das áreas degradadas poderiam voltar a ser floresta também. (GF)

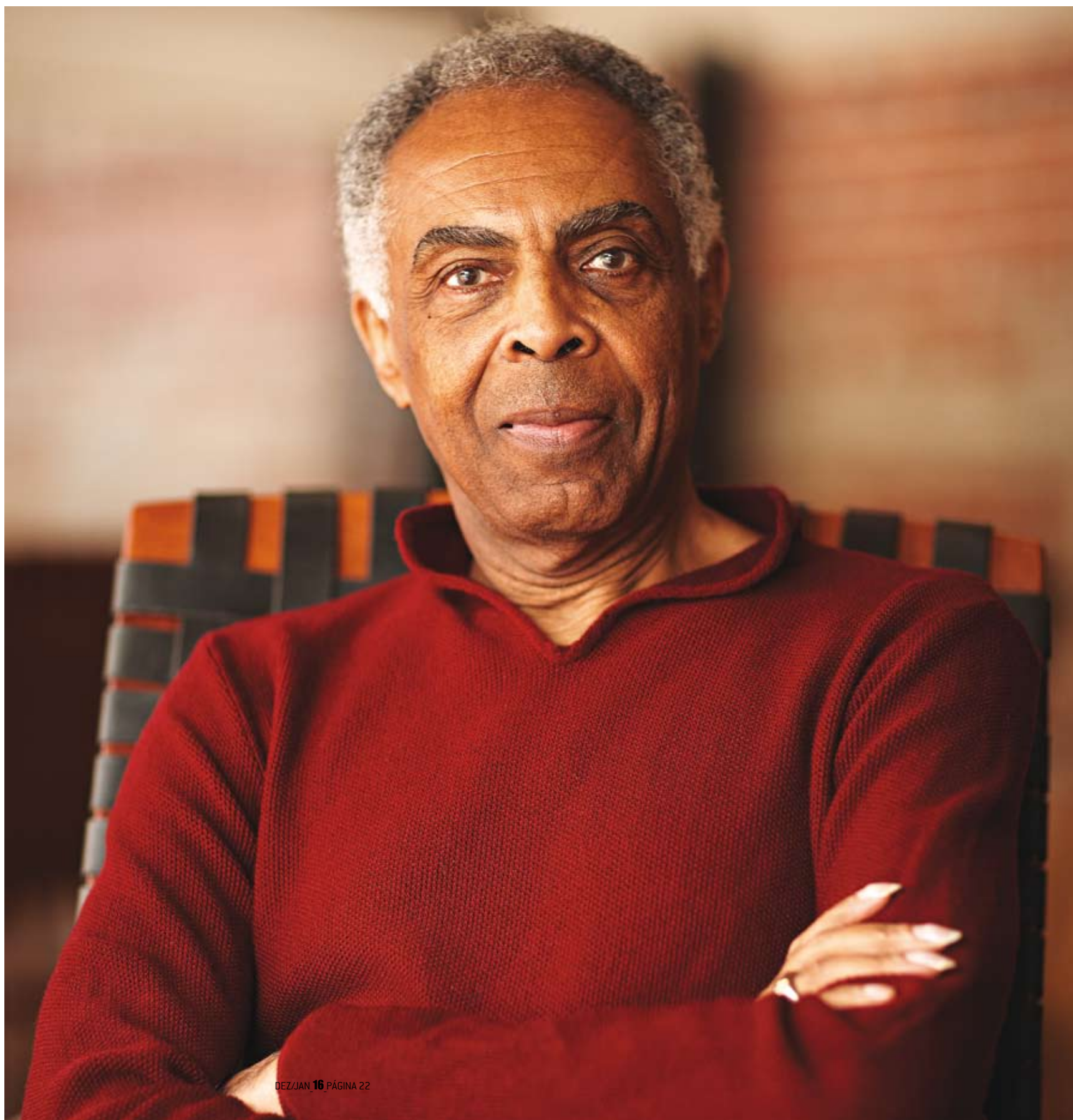


**Itaú Unibanco.
Orgulho de ser selecionado
pelo 6º ano consecutivo
para o Índice
de Sustentabilidade
Empresarial.**

O Itaú Unibanco foi novamente selecionado para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F Bovespa. Ser reconhecido pelo 6º ano consecutivo é um orgulho para quem faz da sustentabilidade uma realidade no dia a dia. Além disso, o Itaú Unibanco é o único banco da América Latina presente há 11 anos no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Mais uma prova do nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Itaú. Feito para você.





O Brasil é feitiço

Tem que saber disso. A rima rítmica na fala de Gilberto Gil está no seu entendimento do que é Brasil. Na leitura do músico, quando José de Anchieta colocou os índios no colo, em profunda manifestação de afeto, reforçou um traço definidor da nossa sociedade. Traço este que havia começado a se delinear na formação de um reino europeu diferenciado. Pois, enquanto os demais exploradores foram guiados pela ambição material e pela busca de acumulação de riquezas, o projeto de expansão territorial dos portugueses fundamentou-se “no reino do Espírito Santo, no reino da criança, da inocência”. Degredados que aqui deram início à miscigenação eram considerados criminosos porque fugiam da Inquisição, diz Gil nesta entrevista.

Assim, o Brasil se fundou no ideário de liberdade e espiritualidade, reavivando o mito de que esta é a terra da promessa, do encantamento, do conto de fadas, dançado nos Carnavais – com todos os problemas que isso também acarreta. Um lugar que, para contragosto de muitos, subverte o modelo clássico europeu e tem nas mãos um pacote estratégico a oferecer a um mundo carente: afeto.

Mas que não está *condenado* a ser alguma coisa, e sim *fadado* a ser. Lembrando que o fado não é uma rigidez no tempo e no espaço, o fado é uma canção. “O fado é o que a gente faz”, diz o bruxo Gil.

Na sua opinião, o que melhor a sociedade brasileira tem para oferecer ao mundo? O que o Brasil produz que faz a diferença? O Brasil é uma nação que resulta de uma série de coisas particulares, próprias, de que outros povos não resultaram. Isso para tratar do Brasil que depois leva este nome e se torna a nação configurada neste território, com presença dessas múltiplas vertentes étnicas. A ameríndia estava aqui já, o português que chega, o africano que é trazido depois. A formação da sociedade brasileira, e depois o Estado brasileiro: primeiro o Estado monárquico, depois o imperial, depois o republicano e, em meio a tudo isso, a sociedade foi marcando seu dia a dia dentro dessas possibilidades de configuração e com todos esses elementos. O português chegando aqui, começando a miscigenação com os índios, depois com os africanos e criando essa nação mestiça, mameluca, cabocla...

Então é a diversidade que faz a diferença? A diversidade existe em qualquer lugar. A diversidade brasileira é esta. É diferente da diversidade americana, é diferente da Europa gaulesa, que é outra, da Europa escandinava, que é outra, da Europa eslava, que é outra, das Áfricas várias, que são várias, da América Latina, que é outra configuração, com a vertente espanhola que se mistura a povos andinos... Então a brasileira é a sua, a que foi “conscrita” neste território, com esses povos que fizeram o Brasil com essas expressões culturais desenvolvidas aqui. Brasil é Brasil, não é a Argentina nem a Inglaterra. É o Brasil.

Este Fórum Internacional Geopolítica da Cultura e da Tecnologia (ocorrido em São Paulo em meados de novembro), cuja curadoria teve sua colaboração, fala em transformar nossa singularidade em um valor estratégico que beneficie quem a inventou – o povo. Que características estão aptas a ser transformadas em valor estratégico real nesse reposicionamento do mundo, nessa nova geopolítica? A vocação para uma configuração de uma comunidade mais integrada. Mais integrada a partir de elementos fortes da espiritualidade, da fantasia, de uma subjetividade criativa, “celebracional”, mestiça em vários sentidos, com a preferência pela efusividade, pela alegria, enfim, pela solução afetiva de conflitos, gentil, cordial.

Que ao mesmo tempo tem uma violência... Tem. Nada é só bom. Mas a gente está falando dessas características configuradas num território, numa população mestiça, falando uma língua trazida da Europa, mas ao mesmo tempo trazida por um povo europeu muito distinto dos outros povos, quer dizer, com ambições diferenciadas em relação aos espanhóis, aos ingleses, aos franceses. Os descobrimentos portugueses estavam inspirados

pelo Espírito Santo. Anchieta colocava os índios no colo e, apesar de minimamente estar submetido aos desígnios colonizadores do seu povo europeu, tinha pelos índios um amor... Foi ele quem insistiu e conseguiu que a Corte Portuguesa não escravizasse os índios. Então essas coisas estão na origem brasileira. Foi ele quem colocou os instrumentos, os violões, as guitarras, as flautas na mão dos índios. Essa musicalidade extraordinária brasileira tem embrião nesses primeiros momentos. São ingredientes que podem configurar a construção de um “pacote estratégico brasileiro”, que pode servir não só para nós, para nos relacionarmos com altivez e grandeza com o resto do mundo, mas também para sermos elemento importante para essas outras culturas do mundo. Para ensinarmos, para sermos exemplo, referência a um mundo que está ficando muito complexo, está ficando muito confuso, está ficando muito célere, em que a formação de conflitos novos é exponencial. Portanto, têm valor estratégico humanidades que possam desenvolver

capacidade de afeto, de concórdia, de compreensão mútua, de fruição, de entendimento mais profundo de sua relação com a natureza, de pertencimento à natureza – e, portanto, de respeito à natureza –, de integração de necessidades materiais com profunda capacidade de reverenciar o espírito. São questões estratégicas para a humanidade, vendo aí não mais a estratégia parcial da nação contra outra nação,

não de um território contra outro território, e, sim, estratégia de vida para a humanidade no planeta.

Podemos considerar isso como o que há de mais moderno, no sentido de estar na ponta, estar na frente? Se houvesse um radar de inovação no globo, ele apontaria essas características como a “modernidade” que temos a oferecer? É isso o que a Terra está dizendo no modo mais atual, mais contemporâneo de entender a vida. Bem viver. Produção de futuro. Como produzir futuros desejáveis e sustentáveis, como produzir sociedades humanas mais integradas, como produzir sociedades humanas que vivam compartilhamentos mais efetivos de tudo, de riqueza material, de riqueza simbólica. É assim que a Terra vê o seu futuro, não é o Brasil (*risos*). Por acaso, coincide que o Brasil é um dos povos hoje em dia que mais podem contribuir para essa perspectiva futura da humanidade, porque ele já vem, desde sua formação, consolidando essa nova matriz de vida social.

Naquela sua canção com o Jorge Mautner, Outros Virão (sic)... Outros Viram.

Sim, desculpe. Mas pode ser *Outros Virão*, nesse sentido que nós estamos falando aqui. Mas ali é o oposto, é *outros viram* essa coisa no Brasil.

Sim. Mas por que, segundo a canção, eles viram e nós não? Por que não vimos? A gente se autossabota? É porque a gente só se vê no espelho. A gente só se vê na superfície quieta das águas, ou no espelho no sentido mais moderno do termo, essa superfície lisa na parede que reflete nossa imagem. Quem vê a gente por inteiro são os outros, são os de fora. A gente só vê uma parte da gente, a mão... A gente não vê nossas costas. Não vê o que está por trás... A gente só se vê parcialmente. Quem pode ver a gente mais inteiramente é o outro, então a canção é sobre isso: como os outros viram o Brasil. (*Accesse em www.youtube.com/watch?v=hsk0I73RcsY*)

E como viram? Como um lugar da promessa. Porque esse nome Brasil vem da raiz celta *bras*, que significa “terra encantada”. Quer dizer, já antes da descoberta pelos portugueses, o Brasil aparecia nos mapas medievais como uma terra da promessa. Ao longo da História, foi havendo uma reiteração dessa imagem, dessa visão, primeiro por causa dos índios levados para as cortes europeias, como exemplo de um ser humano íntegro, inocente, completo, pleno, belo. E depois toda a criação artística brasileira, o Carnaval, todas essas coisas que foram “sendo saídas” de um encantamento, de um conto de fadas. Então o Brasil está fadado um pouco a essa coisa, embora muita gente lute contra, porque queria uma inserção

do Brasil em um modelo clássico, em um modelo ocidental europeu, que está justamente na cisão do processo civilizatório gestado na Europa. Gestado ali exatamente no início, quando os Cruzados vêm, uns para criar os reinos europeus montados na ambição material, na ideia de mais conquistas de territórios e produção de riquezas, de acumulação etc. etc., e outros, no projeto de ocupação dos portugueses, fundamentados no reino do Espírito Santo, no reino da criança, da inocência. Essas coisas são distintas na origem e o brasileiro não tem conhecimento dessas suas origens. Até rejeita um pouco a origem portuguesa, a coisa dos degredados. Mas quem eram os degredados? Quem eram esses criminosos? Eram criminosos porque estavam fugindo da Inquisição, porque professavam a fé no Espírito Santo, na chegada de um outro reino, na beleza da bondade e da verdade. O Brasil está nessas origens, enquanto a América do Norte e outras áreas da expansão europeia pelo mundo com a colonização estavam fundadas em outros pressupostos.

Isso que chamamos de fundação, esses traços fundadores que parecem tão definidores, faz com estejamos fadados a repetir para sempre as coisas boas e também as ruins, como desigualdade, preconceito etc? O fado é uma canção, o fado não é uma rigidez no tempo e no espaço. O fado é dinâmico, ele continua submetido à dinâmica da passagem do tempo e da

ação do homem. O fado é o que a gente faz. Não é só aquilo a que estamos destinados. Não é o destino. É um caminho para o destino. Não é como cair no fundo do poço de *Alice no País das Maravilhas*, e sermos jogados no lugar. Nós temos de caminhar até esse lugar. É um progresso, um processo, um caminhar. Portanto, a tomada de consciência em relação a isso é profundamente importante. Nós só vamos caminhar numa direção se soubermos qual é essa direção, se tivermos olhos voltados para vê-la, identificá-la, e construir o caminho que leva até ela. Essa é a questão brasileira. Não é uma condenação. O brasileiro não está *condenado* a ser alguma coisa. Ele está *fadado* a ser alguma coisa.

Um dos problemas do Brasil e da América Latina é a corrupção? A corrupção é um problema da América Latina? Não, a corrupção é um problema da humanidade. Há sistemas de relacionamento social que facilitam, propiciam – uns mais do que outros –, a corrupção. Há sistemas jurídicos e sistemas econômicos que facilitam mais ou menos a corrupção. Mas a corrupção hoje em dia, nesse sistema que está aí, que foi autorizando cada vez mais a exploração de uns por outros, a imposição de poder de uns sobre outros, surge por decorrência da própria falência natural que os sistemas vão sofrendo. A falência dos controles, dos princípios. Toda vez que se quer escorregar para infringir uma norma, a corrupção é uma das formas. E não é uma questão brasileira.

Qual é a questão brasileira? Não há uma. A questão brasileira é sermos o que somos no dia a dia transformador. Transformar-nos do que somos no que seremos e no que não seremos. É essa a atuação permanente da vida sobre nós e de nós sobre a vida. O Brasil não precisa desenhar destinos e nem nada disso, não... Basta viver e pautar esse viver pela ideia do bem, do bem viver. Cada vez entender melhor, coletivamente, o que é bem viver, o que é produzir a sua continuidade da maneira mais amena possível. É criar bem-estar!

Nós temos alguns caminhos aí, como a indústria criativa. Estávamos falando de diversidade cultural. Temos também uma diversidade biológica muito grande. São grandes riquezas, mas curiosamente a economia brasileira não vive disso. Por que será? Em que medida o Brasil será capaz de se desgarrar dessa monocultura mundial, em que vemos o utilitarismo, a produtividade vista sob um certo aspecto enviesado e a prevalência do poder do mais forte, o “privilegiamento” dessa hierarquização, dessa forma de aceitar o primado do mais forte sobre o mais fraco? A questão é se o Brasil será capaz de sair disso para realmente produzir uma sociedade de mais igualdade e fraternidade, mais

fundada em princípios que são enunciados, anunciados, mas muito pouco perseguidos verdadeiramente pelo conjunto da humanidade. A questão é se o Brasil será capaz – e possivelmente não poderá fazer isso sozinho – de juntar outros povos do mundo nessa proposta. Quer dizer, vamos caminhar mesmo? Vamos ter o caminho do nosso destino? Isso é o nosso fazer. O fato de estarmos discutindo isso, procurando compreender possibilidades agora de fazermos isso já é um sinal de que estamos querendo caminhar nessa direção. Por que vocês que produzem e publicam informação estão querendo saber disso? Por alguma razão. Porque percebem que se quer saber disso. Percebem que o Brasil e o mundo cada vez mais querem saber disso. É sinal de um sinal que está por aí. Sinal de que está no radar, usando a expressão que você colocou.

Há seis anos, metade do primeiro mandato do presidente Lula, eu (Ana d'Angelo) o entrevistei como ministro da Cultura e convidado do Fórum Mundial das Culturas, em Barcelona. Interessante lembrar disso, porque naquela época o País entrava na moda na Europa, havia um clima de otimismo, não se falava em crise. Havia quase uma reverência para com o Brasil. E hoje, seis anos depois? Acho que isso aumentou muito no mundo. Evidentemente que toda essa atitude reverente

“Apesar de as sociedades não saberem para onde querem andar, o governo precisa ter uma capacidade de leitura dos desejos ocultos”

de expectativa positiva em relação ao Brasil tinha muito de modelos anteriores que se buscava repetir, dimensões utópicas já consagradas, que se gostaria de ver realizadas, manifestadas. Tinha muito de um sonho da Europa frustrada por não ter sido aquilo que ela própria quis ser. A Revolução Francesa que ficou pelo caminho, a Revolução Americana que ficou pelo caminho, as revoluções todas outras que ficaram pelo caminho. E, de repente, a gente quer outra dimensão messiânica, alguém que seja o restaurador, o salvador. E chega uma hora em que o mundo também começa a querer ver o Brasil sob essa ótica. E talvez não, possivelmente o Brasil não será nada disso e é desejável que não seja exatamente isso. É desejável que seja uma coisa nova, desconhecida, a ser construída. Nesse sentido, acho que essa expectativa cresce, mas com uma qualidade instrutiva, quer dizer: cada vez mais o mundo todo espera do Brasil, mas cada vez mais se espera uma coisa que não se sabe o que é (risos). Isso vai proporcionando capacidade de diálogo, de conversa, de entendimento, de afetividade, atratividade. O Brasil vai se tornando atraente e vai atraindo também...

Quando se sabe muito bem o que se quer não se tem inovação, certo? Não tem! Então é assim, feitiço. O Brasil é feitiço, tem que saber disso...

E no governo Dilma, alguma possibilidade política? Para mim, não. Não quero mais, não.

Já teve a experiência... Já e não quero, não me sinto capacitado. O político tem de trabalhar com exiguidades muito precisas. Um senso muito preciso de impossibilidades, de limites, de redução de horizontes etc.

É o oposto da arte, não é? É o oposto da arte.

Além disso, o orçamento da Cultura diante dos outros ministérios é de chorar... Também é muito pequeno. Com toda a gritaria que a gente fez, a gente não conseguiu chegar a níveis razoáveis de recursos. Mas estamos aí para ajudar. Acho que a parceria dos governos com a sociedade é algo cada vez mais importante, no sentido de que os governos entendam que as sociedades precisam andar. Apesar de as sociedades não saberem para onde, o governo tem de ter um pouco dessa capacidade interpretativa, de leitura dos desejos ocultos. Espero que o governo da Dilma e tantos outros governos no mundo tenham essa capacidade de entender essa relação profunda com o desconhecido, essa relação respeitosa com o desconhecido para que ele seja fonte de instrução para o conhecido, para a busca do conhecimento. Espero que esse espírito, essa visão, esteja – se possível – em todos os governos do mundo. **zz**

Coluna

DANIELA GOMES PINTO

Pesquisadora do GVces e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela London School of Economics and Political Science



Mais amor, por favor

Na luta contra o preconceito, ser politicamente correto talvez mais atrapalhe do que ajude

Meu filho estuda em uma escola cheia de pais como eu – classe média alta, meio intelectual, meio de esquerda, hippie-chique, conscientes dos problemas globais, preocupados com a desigualdade social. Todo mundo ali é bem-intencionado, quer melhorar o país e o mundo, tem um trabalho descolado, usa crocs e tem pele bonita.

Claro que a escola é construtivista, nem precisava dizer. Pois o tema de estudo deste ano é África. As crianças estão sendo apresentadas ao continente por meio de um livro infantil que conta a história de um menino no Chade. Meu filho já chegou em casa com carro feito de latinha. Outro dia me trouxe um colar de estopa, muito colorido e bonito.

Na última reunião de pais, a professora mostrou o livrinho, página por página, para nós, pais, conhecermos um pouco o que nossos filhos andam fazendo enquanto a gente trabalha para melhorar o país e o mundo. Lá pelas tantas, uma mãe muito consciente e preocupada com a humanidade atentou para o cuidado que é preciso ter ao tratar de tema tão delicado: “Como a escola está lidando com a questão do preconceito racial, considerando que nossos filhos não convivem – infelizmente – com crianças de cor negra?”

A coordenadora, com uma paciência de dar inveja a Jó, respondeu que o tema é tratado justamente trazendo para o dia a dia

das crianças uma história cujo protagonista é negro. [Da série *Respostas Cretinas Para Perguntas Imbecis*]. Do outro lado da sala, uma mãe insistiu: “Concordo que o tema é bem delicado, pois minha filha nunca tinha falado nada sobre a faxineira, até que outro dia ela falou na frente da moça: ‘Olha!, você é marrom!’” A mãe ficou constrangida: “Não sei nem por que ela falou isso, pois a moça nem negra é... ela é mulata... na verdade, nem mulata ela é... ela é assim, como vou dizer...” Enquanto ela buscava, sem sucesso, a palavra correta, um pai perguntou, maroto: “...ela é marrom?” A turma riu e a reunião acabou.

Realmente, o tema é difícil. O mundo vem mudando quanto a isso, mas às vezes tenho dúvidas se a onda politicamente correta mais atrapalha que ajuda.

Preconceititis

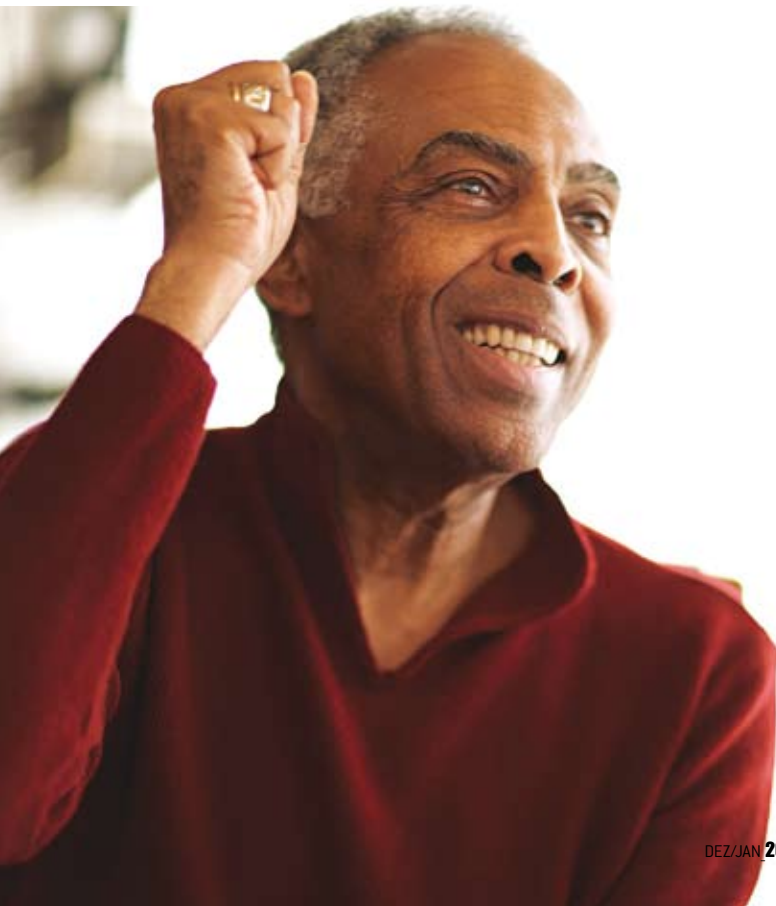
Quando era criança, um dos meus ídolos era o Mussum, dos Trapalhões. Não perdia um episódio, nas velhas tardes de domingo na Globo. Outro dia fui rever, no YouTube, algumas cenas clássicas do humorista que eu mais amei na infância, e fiquei perplexa. O Mussum simplesmente não existiria hoje em dia. Um personagem negro, bêbado e que falava errado, fazendo apologias semanais ao álcool no programa infantil mais famoso da televisão brasileira. Definitivamente, o mundo mudou.

No meu tempo de faculdade, o preconceito era tratado de uma forma bastante peculiar. Ao contrário do mundo politicamente correto aqui de fora, no curso de Geologia o que cada um tinha de diferente não era tratado com o cuidado cirúrgico dos dias de hoje, mas escancarado. Lá, todo mundo era conhecido não pelo nome, mas por apelido. **É narigudo? Tamanduá. Tem perna comprida? Seriema. É pálida e esquelada? Mortiça. É negro? Feijoada. Usa aparelho? Fepasa. É velho? Brotinho. Hoje, talvez isso fosse considerado bullying** e seríamos obrigados, por liminares judiciais, a nos chamar de Leonardo, Daniela, Marcelo.

Não sei se nossos apelidos prejudicavam nossa identidade, nos desrespeitavam, feriam nossos direitos individuais. (Não sou cientista social ou antropóloga, sou geóloga). Mas, para mim, aquilo foi o começo de uma grande experiência de reconhecimento e respeito ao diferente, ao outro. Ao escancarar nossas peculiaridades, nos desprendíamos de nossos preconceitos pelo avesso. Nunca vi um curso tão diverso, com pessoas tão diferentes, de várias partes do país, de várias classes sociais, raças, crenças e opções sexuais, estreitarem laços e conviverem tão intensamente. Nomeando nossas diferenças, chegávamos a algum estranho campo de aceitação sobre elas.

Não ousou recomendar a técnica de apelidamento cruel para toda a sociedade, nem a reprodução do Mussum em horário nobre. Mas é nítido o desajeito das pessoas com o tema do preconceito. Ainda não sabemos lidar com o assunto. Talvez a gente só consiga testar verdadeiramente nossos preconceitos quando tivermos efetivamente diversidade social, racial e sexual. Somente quando a escola do meu filho tiver mais, muito mais meninos negros e marrons, é que poderemos verdadeiramente julgar a dificuldade daquela mãe perante a constatação da filha.

Uma coisa é clara: o preconceito não vai conseguir ser superado apenas com leis ou regras sociais impostas pela bandeira do politicamente correto. **O convívio com o diferente não pode ser um casamento por conveniência. Ele precisa ser um casamento por amor.** Amor ao próximo. Teoria de botequim: na Geologia, éramos cruéis uns com os outros, mas nos amávamos. Já ajuda. **zz**



O avesso do avesso do avesso do avesso

Combinar a espontaneidade dos afetos com a civilidade ética parece ser o grande desafio brasileiro. É das **dinâmicas populares que esse outro modelo pode emergir**, subvertendo ideias eurocêntricas de modernidade e atraso

POR Amália Safatle # COLABOROU Ana d'Angelo # FOTOS Milena Mendes

Abre a cortina do passado e mostra a tua cara! Esquentai vossos pandeiros e iluminai os terreiros! Grande pátria desimportante, isto aqui, ô ô, é um pouquinho de Brasil, iá iá. Eu fui à Penha e pedi à Padroeira para me ajudar. Será que ela vai continuar uma tradição? Será que ela quer modificar uma geração? Lá vem ela! Miss Brasil 2000!

O Brasil que vem lá é 2011. Nesta nova década, sob novo mandato de governo, o País em relativa transformação depara-se com as armadilhas que os próprios conceitos de modernidade e atraso encerram. Que cara vai mostrar? Que novidade vem trazer? Qualquer mergulho na discussão sobre identidade nacional em uma sociedade culturalmente múltipla como a brasileira é como ser navegado pelo mar, sem cabelos que a gente possa agarrar. [1]

TOME NOTA

1 Os dois primeiros parágrafos contêm trechos adaptados das letras Isto aqui, o que é? (Ary Barroso), Brasil Pandeiro (Assis Valente), Brasil (Cazuza, Nilo Romero e George Israel), Miss Brasil 2000 (Rita Lee e Lee Marcucci) e Timoneiro (Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho). No título, Sampa (Caetano Veloso).



◀ Neste ensaio intitulado *Herméticos*, a fotógrafa Milena Mendes retrata seres que causam estranheza, incômodo e curiosidade. "O que me interessa é questionar o indivíduo e as relações pessoais na sociedade contemporânea", diz Milena. A escolha do trabalho para ilustrar a reportagem tem o intuito de provocar essas sensações. Pois o reconhecimento da identidade, longe de ser fácil, é um instigante processo

Mas vale o esforço de aqui buscar a identificação. Ao menos, descobrimos a importância da identidade: sem ela, perde-se a noção de pertencimento e se deixa de se sentir como uma parte de um todo. “Identidade não são laços que prendem ou cerceiam, mas, sim, elos e pontes que unem”, explica a escritora e doutora em História Márcia Camargos. O que torna um povo coeso, já diziam outros autores, é tudo o que ele recorda e comemora em conjunto. Sem valores ou referências para lembrar, o indivíduo nada tem a perder – e nem a ganhar. **Identidade faz com que o outro seja importante para você, e você para o outro.**

“Quanto mais certo de sua identidade – quem é, onde está e a que pertence, – menor a possibilidade de se sentir ameaçado pelo que é diferente.” Márcia diz isso especialmente tocada após uma rápida passagem por Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Um lugar que ela interpreta como erigido sem qualquer noção de pertencimento. Que ergueu uma enormidade de monumentos artificiais à riqueza, ao mesmo tempo que desprezava saberes ancestrais árabes, beduínos. Tenta ser palatável ao Ocidente, hipervalorizando os aspectos mais epidérmicos, superficiais, e não pelo respeito a valores humanos. Ela relata, por exemplo, que os trabalhadores estrangeiros atraídos pelos empregos em Dubai têm ordem expressa de deixar o emirado assim que são demitidos. Não se aceita a presença de desempregados. E as mulheres ainda são perseguidas dentro de uma visão estreita do islamismo. [2]

TOME NOTA
2 Leia crônica de Márcia Camargos sobre Dubai em http://cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=4878

Ao cruzar as ruas que separam os edifícios climatizados de Dubai, Márcia reparou na areia do deserto que escapava pelas frestas do asfalto, como se tentasse, grão por grão, devolver algum traço de identidade àquele lugar. Secretamente, ela torce para que a areia um dia cubra o que considera uma excrescência da civilização. Será Dubai apenas uma caricatura dos tempos ocidentais modernos?

O afeto

Cultivar mais o laço empregatício do que o humano, definindo as pessoas pela função e utilidade, não é uma exclusividade de lá. Nas regiões Sul e Sudeste brasileiras, o nordestino também costuma ser bem-vindo enquanto mão de obra barata. O mesmo vale para imigrantes árabes, turcos, africanos e indianos em muitos países europeus, em manifestações de maior ou menor grau da xenofobia, do preconceito, da intolerância. (mais em quadro na página ao lado)

– Respeitem meus cabelos, brancos – pede o compositor parai-bano Chico César, que fez esta música em defesa das particularidades humanas – *Se eu quero pixaim, deixa./ se eu quero assanhar, deixa./ Cabelo veio da África./ junto com meus santos.*

Respeito? Tolerância? “Não quero tolerar ninguém. Quero é sentir a alegria da diferença. Quero amar o diferente”, provoca



Carlos Walter Porto-Gonçalves, professor de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, e autor do livro *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*.

Gilberto Gil, em entrevista nesta edição, fala de um José de Anchieta que amou o diferente e colocou os índios no colo, em um momento fundador da sociedade brasileira. A colunista Daniela Gomes Pinto, na página 21, discorre sobre a turma de faculdade que escancarava suas diferenças pessoais e se curti assim.

Quando veio morar no Brasil, a professora nascida na Suíça Liv Sovik, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ficou admirada com a expansividade, com a capacidade comunicativa e afetiva dos brasileiros em geral. “Quando se gosta, há um entusiasmo, uma entrega. O brasileiro se conecta mesmo com seu interlocutor.” Para ela, o preconceito e o racismo que aqui se manifestam com força denotam, ainda que pelo lado ruim, uma consciência da presença do outro, em vez de simplesmente ignorá-lo. “Aqui, é impossível sair de casa sem interagir de alguma forma com alguém”, observa Liv.

Partilhe-se ou não dessa opinião, o jeito caloroso do brasileiro é visto como uma grande contribuição para um mundo que corre o risco de estabelecer relações frias, impessoais, guiadas pela assepsia do politicamente correto.

Para o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, apesar de toda a precariedade material e das condições objetivas de vida, as pessoas no Brasil não se rendem, e preservam uma certa vitalidade e espontaneidade dos afetos. “É o que (o filósofo Jean-Jacques) Rousseau chamava de ‘o doce sentimento da existência’”, diz o professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

Até que ponto a melhoria econômica contribui para o progresso humano?

A civilidade

Mas esse brasileiro tem o seu lado B, pondera Giannetti. É justamente a preponderância do vínculo pessoal e afetivo que torna as leis no Brasil tão frágeis na prática. Por isso ele considera como grande utopia brasileira preservar o vigor dos afetos e essa espontaneidade do sentimento e da cordialidade – no sentido original desenvolvido por **Sérgio Buarque de Holanda** –, ao mesmo tempo que se alcança um padrão razoavelmente civilizado de convivência, baseado em normas, leis, e respeito de base ética.

– Freud dizia que a civilização acarreta o mal-estar. O risco do Brasil é ficar com o mal-estar e sem a civilização, ou seja, perdem-se a inocência e o vigor e não se obtém a prosperidade. Mas acho que estamos nos salvando de combinar o pior dos dois mundos – diz Giannetti.

As razões para acreditar nisso são de que o Brasil, segundo ele, está vivendo um momento de grande confiança em relação a seu futuro, como há muito tempo não se via: o País passou relativamente bem por uma forte crise financeira mundial, com redução da desigualdade e melhoria real do emprego e da renda. A participação do cidadão nas urnas também é crescente, fortalecendo, de certa forma, a democracia.

Isso gera dois questionamentos. O primeiro é o risco de que as recentes conquistas levem a uma complacência, uma fé cega de que tudo, a partir de agora, vai se resolver. O

embaixador Rubens Ricupero, diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), teme cantar-se vitória antes do tempo. Ele lembra que a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), da qual foi secretário-geral, só considera êxito econômico o de países que crescem ininterruptamente, a taxas robustas, por dez, quinze anos ou mais. É o caso de países asiáticos e, na América Latina, apenas do Chile.

O risco é ainda maior quando vem um elemento adicional, que é a expectativa de ganhos com o pré-sal, avalia Giannetti. “A **‘maldição do petróleo’** existe, é só cair na mão de um governo populista que queira usá-lo para se perpetuar no poder”, afirma.

A maldição significa que a riqueza trazida pelo petróleo acaba por desestimular o desenvolvimento de um país ou região

A transformação dos traços

O segundo questionamento a que se refere Ricupero é saber até que ponto as melhorias no âmbito econômico e material são capazes de contribuir para transformações efetivas na sociedade, no que se refere a valores humanos, em oposição a um terrível traço fundador, que foi a exploração da colônia sob os auspícios da escravidão.

– Essa é a nossa verdadeira herança maldita. O Brasil foi, por excelência, o país da escravidão, chocando-se com os valores da época e com os próprios ideais de pregação dos jesuítas – diz o embaixador.

Assim, o Brasil do afeto era o mesmo das chibatadas, fundando, quem sabe aí, o contraditório que veio caracterizar tão fortemente este país desde o começo da sua história. *O Brasil é o homem que tem sede/ Ou o que vive da seca no sertão?/ Ou será que o Brasil dos dois é o mesmo/ O que vai é o que vem na contramão? (A Cara do Brasil, de Vicente Barreto e Celso Viáfora)*

Em razão disso, a luta contra a desigualdade precisa ser o grande valor a ser trabalhado pelo brasileiro, na

Para o historiador, o homem cordial é aquele que se move fundamentalmente pela paixão do coração (do latim *cordis*), ou seja, abraça tanto a doçura como a raiva – como atenta Porto-Gonçalves. Assim, a violência do nosso cotidiano tem muito a ver com isso

TOLERANTE? FELIZ? CONFIÁVEL?

Volta e meia o noticiário relata casos de preconceito e intolerância – de jovens agredidos por homofobia em plena Avenida Paulista à estudante de Direito que tuitou mensagens conclamando morte aos nordestinos. Interessante que, no Brasil, 98% da população não se considera racista. Mas, quando se indaga à mesma amostra se há racismo no Brasil, mais de 90% respondem que sim. Da mesma forma, a maioria não vê aqui um ambiente de confiança, mas se julga confiável. No quesito felicidade, mais de dois terços se julgam felizes, mas

apenas 25% consideram o brasileiro feliz. Eduardo Giannetti da Fonseca passou a se perguntar qual é a verdade. No caso da felicidade, interpretou três cenários: ou a pessoa está errada no que diz sobre ela e certa no que diz sobre os outros, ou o contrário, ou está usando critérios diferentes para falar de si e para falar de outros. “Tendo a acreditar na terceira hipótese.” Assim, quando pensa em si, o brasileiro considera o estado subjetivo, o próprio sentimento. Mas, quando pensa nos outros, considera o objetivo, pois o

observa de fora. E vendo as condições objetivas em que a pessoa vive – moradia, emprego, transporte público, segurança – deduz que, daquele jeito, a pessoa não pode ser feliz. Já no caso do racismo, Giannetti considera que se trata de autoengano. “Você tem olhos de lince para a sociedade, mas não é capaz de detectar o mesmo traço em si mesmo.” E cita François de La Rochefoucauld, filósofo francês do século XVII: “Cada um descobre nos outros as mesmas falhas que os outros descobrem nele.”

visão de Ricupero. Essa luta vem no contexto de quatro “ideias-força” que ajudam a definir o que é o progresso humano: a dos direitos humanos, a do meio ambiente, a da igualdade de gênero, e a do desenvolvimento. “Esta última o papa Paulo VI definiu muito bem como ‘a promoção de todos os homens e a promoção do homem como um todo’.”

Na direção dessa busca de integridade, o que a inclusão social pelo consumo e pelo assistencialismo – que parece ser a tônica do próximo mandato presidencial – pode trazer? Após décadas de demanda reprimida, as classes sociais mais baixas ascendem ao mundo das compras, do **transporte aéreo**, do turismo, enquanto as indigentes superam a linha de miséria. Para Márcia Camargos, a movimentação econômica, qualquer que seja, permite às pessoas adquirirem maior consciência da realidade que as cerca, facilitando o seu processo de transformação em cidadãos que vão reivindicar melhorias na saúde, no transporte, na **educação**, e assim por diante. “Poder de compra e mobilidade social dão sentido de cidadania.”

Diferenciar consumo de consumismo é, portanto, crucial. “Nem tudo o que é consumo e investimento em infraestrutura é ruim”, ressalta José Augusto Pádua, professor do Departamento de História da UFRJ, lembrando que são elementos importantes das pernas econômica e social da sustentabilidade.

A preocupação é que o consumo resvale facilmente no consumismo. O geógrafo Milton Santos, em *Por Uma Outra Globalização*, foi feroz no seu entendimento da expressão. Escreveu que consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a do cidadão, o sujeito esclarecido que cobra melhoras na sociedade.

Na sequência, o geógrafo ressaltou que no Brasil essa oposição entre o consumidor e o cidadão é menos sentida. Mas isso porque as classes chamadas superiores, incluindo as médias, foram condicionadas a querer privilégios, e não direitos. “Estas jamais quiseram ser cidadãs. E as pobres nunca puderam.”

Estudioso da obra de Santos, Wagner Costa Ribeiro, professor do Departamento de Geografia e coordenador do Grupo de Pesquisa em Ciências Ambientais do Instituto de Estudos Avançados, da USP, critica o desenvolvimento centrado não na realização do indivíduo e na obra que constrói em sua vida, mas apenas na acumulação de riqueza, que começou com geladeira, televisão, fogão e celular. “Não sei se a meta agora é incluir o carro nessa ‘cesta básica’. Esse ciclo de consumo não vai se sustentar. O carro, para começar, não cabe na favela.” Depois, não dá para todos os habitantes do mundo terem um carro, não há planeta suficiente para isso.

Em vez de todos se renderem à sedução do automóvel como objeto de consumo, a luta não deveria ser por transporte e

Segundo o Instituto Data Popular, especializado em pesquisas de consumo das classes C, D e E, entre julho passado e julho do ano que vem 8,7 milhões de pessoas no Brasil terão feito a sua primeira viagem de avião

Copiamos um modelo que leva as pessoas à infelicidade e o planeta ao colapso

moradia de qualidade? Mas como exigir esse tipo de sacrifício das classes emergentes, quando as favorecidas há tempos se beneficiam do modelo consumista e individualista?

Poder ter ou não um carro, viajar ou não de avião – os dilemas são desdobramentos de uma questão anterior: o significado do próprio conceito de modernidade e progresso.

Outra proposta

Quando pergunto ao professor Porto-Gonçalves sobre modernidade e atraso no Brasil, ele atenta para o problema que a própria pergunta contém. Que referencial de modernidade estamos usando? O moderno-desenvolvimentismo europeu e estadunidense, que resultou em um modelo fracassado de bem-estar e de bem viver? De que civilidade estamos falando? (Ele se lembra do filósofo e sociólogo Theodor Adorno, para quem toda civilização é um ato de barbárie.)

De fato, é um modelo que apartou o homem da natureza, que se alimentou da exploração predatória dos recursos naturais – distribuídos de forma absolutamente **desigual** –, e colocou o homem a serviço da acumulação de riquezas. Há também uma desorganização social: a sociedade está basicamente dividida entre pessoas desesperadas em busca de trabalho para sobreviver e pessoas exaustas por trabalhar em excesso. Apesar de toda a evolução tecnocientífica, trabalha-se tanto como no início da Revolução Industrial (*mais na edição 38 de PÁGINA22, sobre o Tempo*).

– Vejo tudo isso como uma crise que não é só do capitalismo: é uma crise civilizatória – diz Porto-Gonçalves, – ainda assim, há cinco séculos, o Brasil segue esse exemplo de modernidade que tem levado o planeta ao colapso e as pessoas à infelicidade.

Um dia eu quero ser índio/ viver pelado pintado de verde/ num eterno domingo, cantava Rita Lee em *Baila Comigo*. Sintomático que a busca de um bem viver aflore com força pelas brechas do cotidiano. Chega o final da semana e as pessoas logo esquecem o cansaço do trabalho para viver seu domingo. Um certo resgate da identidade ancestral vem na forma do *trekking* na mata, da tanga à beira-mar, do encontro da tribo em volta do fogo no churrasco com os amigos, do banho de rio, do banho



de sol. Já na segunda-feira, engravatam o primitivo e retomam seu dia a dia “moderno” – observa Porto-Gonçalves.

O professor logo esclarece não quer virar um Yanomami. Deseja, sim, um modelo capaz de trazer um novo sentido de felicidade, um novo sentido para o bem viver, com justiça social e justiça ambiental.

Talvez isso seja o mais inovador. Não precisamos repetir nem mesmo o modelo das sociedades consideradas mais “evoluídas”. “Quem disse que queremos ser uma Escandinávia?”, pergunta Giannetti. Ainda mais considerando-se que a abordagem sobre o moderno e o arcaico é imposta pelo modelo dominante, como afirma Giuseppe Cocco, professor titular na Escola de Comunicação da UFRJ e autor do livro *MundoBraz: o Devir Mundo do Brasil e o Devir Brasil do Mundo*. “A grande chance que o Brasil tem hoje é de ir além dessa dicotomia, construindo e inventando a sua inserção no mundo e a inserção do mundo dentro dele”, defende.

Outro poder

Quando perguntado sobre a possibilidade de transformação dos traços fundadores, Cocco responde que estes são sempre mutáveis e que hoje em dia essa renovação está cada vez mais aberta a movimentos capazes de constituir novos sentidos. “Acho que a figura central disso é a do pobre. Se pensar que o capitalismo neoliberal organizado em rede explorou os pobres como tais, hoje, por outro lado, vemos que os pobres se organizam dentro de uma nova ordem, renovando os fundamentos.”

O que me remete de novo a Milton Santos, em *Por Uma*

Outra Globalização. Lá ele escreveu sobre a potência dos pobres na produção do presente e do futuro, subvertendo a ordem hegemônica. Isso porque “os pobres não se entregam”. A cada dia descobrem formas inéditas de trabalho e luta diante das dificuldades. “Nessa condição de alerta permanente, não têm repouso intelectual. A herança do passado é temperada pelo sentimento de urgência, essa consciência do novo que é, também, um motor do conhecimento.”

Além do caráter inovador dessa inversão de forças, as dinâmicas sociais populares teriam, no Brasil, um valor estratégico devido à sua multiplicidade, à sua diversidade, à sua “dinâmica da diferença”, para usar uma expressão de Cocco.

A descrição de uma cena no Rio de Janeiro por uma mulher francesa do século XIX dá elementos para discutir como essas forças “de baixo” são poderosas o suficiente para afetar as “de cima”. Liv Sovik, da UFRJ, em seus estudos sobre a relação do brasileiro com o corpo, deparou-se com o relato de Adèle Toussaint-Samson, que entre 1849 e 1870 morou no Rio e publicou *Uma parisiense no Brasil*.

Ao escrever sobre as negras Mina (originárias de etnias Mina do Benin e do Togo, na África Ocidental) – que, ornatadas dos mais belos enfeites, “acocoravam-se” na Rua Direita –, Adèle destila seu racismo, mas com uma ponta de ciúmes, contra aquelas negras de “enorme boca de lábios bestiais” que muitos homens estrangeiros achavam belas e por elas faziam loucuras. O que mais chama a atenção de Liv é a admiração de Adèle pelo andar desembaraçado e ativo das negras. “O que têm de pouco vulgar é o andar. Elas caminham de cabeça erguida, o busto muito saliente, a cintura arqueada, os braços em equilíbrio, sustentando sua carga de frutas, sempre colocada sobre a cabeça.”

Liv buscou entender por que o corpo se tornou para o brasileiro um elemento de valor, de autoestima, de um estar-no-mundo de forma ativa – o corpo como um domínio, como um território. O gingado das negras, sustenta a professora, foi de certa forma assimilado pelas mulheres das elites no Brasil, como uma forma de libertação feminina. **Para as mulheres brancas, cobertas de roupas das cabeças aos pés, infantilizadas, mantidas em casa e sempre acompanhadas nas ruas por criados, era de invejar as negras de finas blusas abertas, andando com desenvoltura ao ar livre, sem o jugo patriarcal, libertas sexualmente.**

(O seu balançado é mais que um poema/ Ah, se ela soubesse/ Que quando ela passa,/ o mundo inteirinho se enche de graça. Garota de Ipanema, de Vinicius de Moraes e Tom Jobim)

As oportunidades

Nesse processo de “empoderamento das bases”, o jogo estratégico do Brasil emergente na geopolítica passa necessariamente por seu corpo: o imenso território tropical. “Todos os Bric (*Brasil, Rússia, Índia e China*) possuem extensos territórios, mas só o brasileiro é tropical”, observa Pádua, da UFRJ.

Também de acordo com o Data Popular, as classes C e D já respondiam por 72,4% dos estudantes universitários em 2009. Em 2002, a participação desses estratos sociais era de 45,3%

Segundo a ONU, 20% dos mais ricos consomem 84% da matéria e energia transformadas anualmente no mundo

TROCAS NO TEMPO

É ponto pacífico que, sem educação, nada prospera. O estadista José Bonifácio já clamava por isso nos idos do século XVIII. O que explica, então, o atraso renitente do Brasil nesse ponto? (No Pisa, grande teste comparativo internacional de aprendizado, o Brasil fica sistematicamente nas últimas colocações entre 57 países. Vale notar que nas eleições de 2010, 53% do eleitorado não tinha o fundamental completo.)

Para Giannetti, a educação é um dos maiores exemplos do que chama de miopia temporal, ou seja, a baixa capacidade de fazer trocas no tempo: sacrifícios no presente em prol do futuro. Isso vale igualmente para a sustentabilidade (pensar nas gerações futuras) e para a previdência (poupar para o amanhã).

O economista tem uma hipótese para isso: a falta de suporte familiar para um projeto de vida. “No Brasil me preocupa a ausência da figura paterna. A mãe não dá conta da criação dos filhos sozinha e o vínculo afetivo fala mais alto. A musculatura da espera – suportar alguma frustração agora sabendo que vai ter um benefício futuro – é algo que depende muito da presença paterna. E normalmente é o pai quem exerce essa musculatura”, acredita. Isso de forma alguma desmerece o papel da mãe, fundamental para evitar uma crise social maior que a existente, diz Porto-Gonçalves. Ao se desdobrar em múltiplas funções domésticas e profissionais, ela – que mais do que ninguém exerce sua musculatura de espera em nove meses de gravidez – é quem costura vínculos familiares e algum futuro nessa sociedade em que muitos atores masculinos buscam o aqui e agora.

E essa tropicalidade, antes vista pelo mundo apenas como exótica e determinante do atraso socioeconômico, já ganhou novos e melhores significados, na visão do professor. As ressignificações vêm por meio do reconhecimento mundial da importância da biodiversidade – tema que só ganhou visibilidade há poucas décadas –, das bacias hidrológicas e da alta capacidade de renovação da biomassa nos trópicos, como o eucalipto e a cana-de-açúcar (mais em reportagem à pág. 44). O caso do etanol, inclusive, é citado por Wagner Costa Ribeiro, da USP, como o exemplo dessa inversão de forças: em meio à demanda de escala mundial que é a produção de automóveis, surge um elemento local que interfere no global, inclusive no âmbito da mudança climática.

A partir desse novo sentido de tropicalidade, Eduardo Giannetti considera que meio ambiente e capital humano são os dois vetores estratégicos brasileiros por excelência. Eles, até mesmo, alimentam-se mutuamente, pois a educação e a formação de competências levam à melhor gestão do meio ambiente. E as boas condições ambientais são vitais para a educação – a começar do saneamento, que tem reflexos no desenvolvimento de um país maiores do que se imaginava.

Conforme publicado na *The Economist* de 3 de julho de 2010, doenças parasitárias ou infecciosas na primeira infância afetam a formação do cérebro, gerando déficits cognitivos permanentes



A tropicalidade, antes vista só como exótica, tem ganhado novos significados

Uma enorme janela que se abre para o Brasil é a demográfica, lembra o economista. Serão duas décadas com oportunidades de ouro para o País: a queda na natalidade permitirá aumentar o investimento humano *per capita*. Haverá mais jovens e adultos trabalhando para sustentar crianças e idosos. “E também um amadurecimento da sociedade à medida que o tom geral não será dado de forma tão marcante pelo jovem.”

O crescimento demográfico desenfreado teve impactos profundos na sociedade. O Brasil simplesmente **triplicou** a população em 45 anos e ainda houve um deslocamento brutal da população no território. “A gente não se dá conta da enormidade e dos efeitos que isso tem na vida brasileira, na urbanização, na educação, na saúde, no emprego. Não fizemos os investimentos para lidar com isso, o que gerou um caos.”

Mas a janela em breve se fecha. Depois virá o envelhecimento das populações, com outras problemáticas. Para se ter ideia, em 1980 havia cerca de nove pessoas trabalhando para sustentar um aposentado. Em 2050, essa relação vai despencar para 1,2. Como vamos nos organizar para isso?

Será um bom exercício do que Giannetti chama de musculatura da espera. Sacrificar-se hoje para colher benefícios amanhã. Isso vale para educação, sustentabilidade, previdência (mais em quadro na página ao lado). “Poucas sociedades no mundo têm a capacidade de desfrutar intensamente o presente como a nossa. O futebol, o Carnaval, alegria de viver, o samba, a celebração dos afetos. Mas também poucas têm tanta dificuldade de agir no presente para construir o seu futuro.”

Tem uma marchinha que pede para deixar a festa acabar, deixar o barco correr, deixar o dia raiar, seja você quem for, seja o que Deus quiser (*Noite dos Mascarados*, Chico Buarque). E tem outro samba de Chico que, em tom de recolhimento à espera do dia libertador daqueles anos de chumbo, avisa: *Tô me guardando pra quando o Carnaval chegar*. Entre a amargura do sacrifício e o doce sentimento da existência, não é possível que não caiba um Brasil inteiro, de braços abertos e abraço redentor.

De 1950 a 1995, a população passou de cerca de 50 milhões a 150 milhões de habitantes

Accesse na versão digital desta reportagem em www.fgv.br/ces/pagina22 um debate sobre os novos papéis dos países emergentes, pauta do Fórum Internacional Geopolítica da Cultura e da Tecnologia, realizado em São Paulo



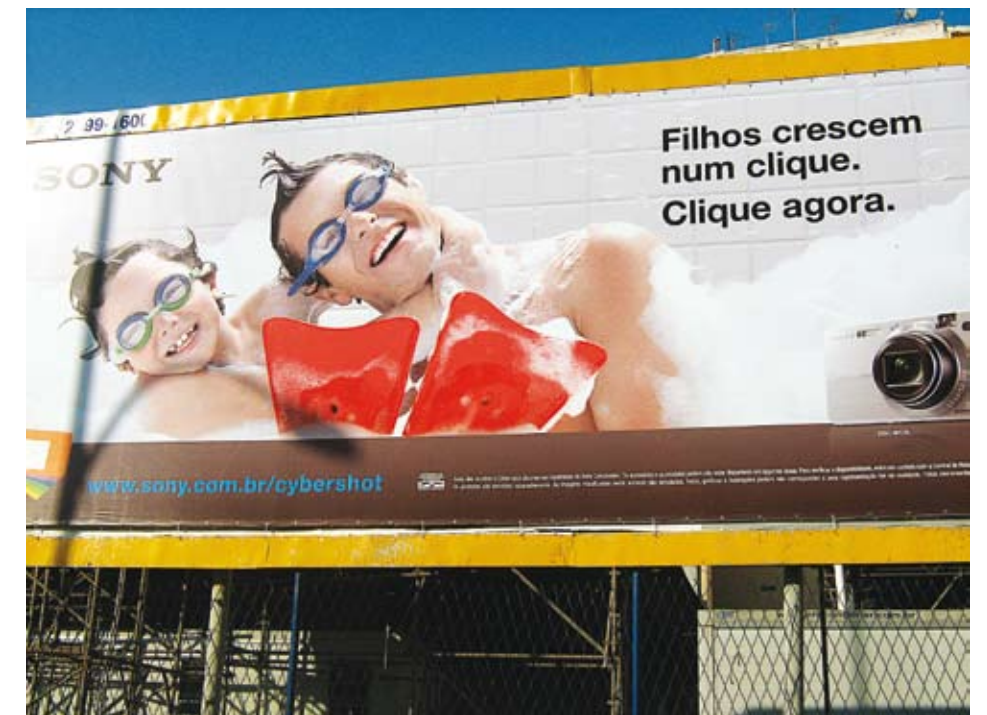
Belo pra mim

FOTOS Autores diversos # TEXTO Ana d'Angelo

As fotos deste Retrato são resultado de uma sondagem entre pessoas que a empresa de consultoria A Ponte Estratégia considerou pertencentes à nova classe média. Esse conjunto de novos consumidores é o ouro das economias emergentes e a tentativa foi conhecer um pouco mais quem são os “outrora pobres” que ascenderam na vida no Rio e em São Paulo. Munidos de câmeras, aos abordados foi pedido que fotografassem “coisas bonitas”: o bairro, a propaganda, o carro, a celebridade e outros itens que lhes chamasse a atenção.

Aí está. Bonitos são os santos, a praia, os animais, as crianças, as gostosas da propaganda, churrasquinho, cerveja, senhoras orientais.

O sócio-diretor da consultoria, André Torretta, notou que os objetos considerados bonitos são os de fácil acesso. Pessoas bonitas, para os entrevistados, são amigos e familiares, bem como o bairro bonito é onde se mora. No quesito celebridades, apareceram Juliana Paes, Beyoncé, Taís Araújo e a comida mais bela é aquela que vem com chantilly, cereja e pêssego, não necessariamente nessa ordem. As propagandas favoritas foram das Casas Bahia e de companhias de telefonia, ou seja, de itens cuja aquisição foi facilitada. Ao contrário do que se pensa, o repertório estético da baixa renda está mais ligado à realidade local que ao mundo vendido pela indústria da comunicação. [L23](#)







Samba, sol e sapiência

Graças a uma trajetória de intempéries desde os tempos coloniais, a familiaridade dos brasileiros com o fazer científico é muito recente, dizem historiadores. Nos dias de hoje, falta afinar o aumento de pesquisas com os objetivos socioeconômicos

POR Carolina Derivi # Fotos Bruno Bernardi

REPORTAGEM CIÊNCIA

Uma nota editorial da primeira edição da revista *Internacional Situacionista*, em 1958, dizia: "Todas as descobertas feitas pela pesquisa científica desinteressada foram até aqui negligenciadas pelos artistas livres, e empregadas imediatamente pela polícia [...] É preciso entender que devemos apoiar e participar de uma corrida entre os artistas livres e a polícia para experimentar e desenvolver usos das novas técnicas de condicionamento." Lançava, assim, uma hipótese recorrente durante toda a década de 1960: é possível conquistar uma vida livre e criativa valendo-se do progresso tecnológico e dos recursos de controle ambiental. Alguns dos projetos que o grupo britânico Archigram desenvolveu na década demonstram como redes e eventos móveis poderiam combater as especialidades e urbanidades, sem necessariamente construir novas construções.

Essa hipótese se desdobra na...

Referência sobre a obra de Archigram Group, exposta na 29ª Bienal de São Paulo

Quando o cineasta João Moreira Salles foi convidado a discursar sobre as humanidades em um encontro da Academia Brasileira de Ciências, no começo deste ano, abriu sua fala com um pedido de desculpas. Não estava ali para comemorar a criatividade das artes brasileiras ou as diversas possibilidades em torno das ciências sociais. Em lugar disso, escolheu refletir sobre o fato de que o País **forma mais** bacharéis em moda que físicos ou matemáticos.

Em 2008, segundo o Inep, foram 1.114 físicos, 1.972 matemáticos e 2.066 modistas.

“Alimento o pesadelo de que, em alguns anos, os aviões não decolarão, mas todos nós seremos muito mais elegantes”, disse. Ao longo de todo o seu discurso, Salles desfilou indicadores de que o Brasil ainda falha em conferir à Ciência & Tecnologia o papel estratégico que lhe é devido nos rumos do desenvolvimento. Um exemplo cativante: em 2009, a soma de todas as patentes requeridas pelo País não chega à metade do que realizou apenas a montadora japonesa Toyota.

Nas trincheiras do vestibular, em que as diferentes áreas do conhecimento disputam jovens assombrados pela decisão definitiva de uma carreira, as artes e as humanidades estão ganhando. Apenas um em cada cinco estudantes de graduação frequenta curso de exatas.

Entidades como o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) já alertam que, mantido o andar da carruagem, a falta de engenheiros deve se tornar crítica para o crescimento do País. Enquanto a engenharia civil encerra 50 mil graduandos, a imprensa brasileira aguarda a enxurrada de 178 mil estudantes de jornalismo, em breve, no mercado.

Todo esse cenário inspira diferentes interpretações. Pode ser consequência de fatores meramente econômicos, como defende o físico José Roberto Drugowich, recém-saído de um período de sete anos como diretor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para ele, a instabilidade econômica do Brasil até recentemente desmotivou a busca por carreiras mais ligadas à produção. Retornado o crescimento, o jogo deve se inverter.

Outra interpretação possível é a de que a cultura nacional se estabeleceu ao longo da história com pouca ou nenhuma identificação com a ciência. O feito do matemático indiano Brahmagupta, que já no ano de 628 criou o conceito do número zero, oferece alguma pista. Com uma economia menos relevante e problemas sociais tão profundos quanto os nossos, a Índia goleia o Brasil em todos os indicadores de produção científica.

Para investigar essa hipótese, PÁGINA22 consultou um time de historiadores da ciência no Brasil, além de outros estudiosos. O que encontrou foi uma trajetória de intempéries que, se não

explicam a história toda, ao menos indicam heranças fundadoras cujos efeitos se fazem sentir até hoje.

A barreira lusitana

Talvez o leitor tenha a sensação de que já entendeu tudo apenas com o seguinte cenário inaugural: os primeiros 300 anos da história brasileira foram de cerceamento e perseguição à produção de conhecimento. Até a mudança definitiva da família real para o Novo Mundo, em 1808, estavam proibidas as universidades, a imprensa e a maior parte dos livros.

“A Aduana, como se chamava a alfândega, fazia a triagem dos navios e jogava os livros no mar, ali mesmo na barra do porto. Quando alguém caía em desgraça com o governo, a primeira medida era a devassa da biblioteca pessoal do sujeito. Antes do século XIX, até a Bíblia em português estava proibida”, conta a professora Márcia Ferraz, coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência da PUC de São Paulo.

Quando, finalmente, o Brasil começou a buscar uma virada intelectual, contava com um império que também já estava no atraso. A academia científica portuguesa foi fundada em 1779, mais de um século depois de outros centros da Europa. Foram pedir socorro aos ingleses e aos franceses, como no caso da fundação da Escola de Minas, em Ouro Preto (MG), apenas para descobrir que as noções de matemática e física dos alunos brasileiros eram insuficientes para o ensino superior.

Para Márcia, não é correto admitir que o brasileiro se identificou mais com as humanas desde tempos remotos, considerando que as primeiras carreiras científicas por aqui foram as clássicas: direito, medicina, engenharia. A explicação é mais circunstancial. É possível formar um jurista apenas com professor, sala de aula e livros. Já um engenheiro e um médico demandam infraestrutura, laboratórios, ambiente experimental. E o mesmo vale para todas as *core sciences*.

A dificuldade histórica de instalar laboratórios altamente dispendiosos para estudos de tecnologia deu origem ao que a professora chama de “cultura livresca”, própria dos cursos a que os acadêmicos hoje se referem como “de cuspe e giz”.

Essa realidade se estendeu durante muito tempo. “Os primeiros cientistas brasileiros com reputação internacional vão surgir apenas no século XX. No entanto, Machado de Assis tem renome já no século XIX”, ecoa o matemático e historiador da Universidade de Brasília, Wilton Barroso. Os primeiros laboratórios de nível internacional no Brasil só apareceram nos anos 80, enquanto as universidades foram inauguradas no começo do século XX.

“A cultura livresca se estabeleceu completamente apartada da científica. Já está melhorando muito, mas não se muda uma cultura de séculos em apenas 60 anos”, diz a historiadora Ana Maria Goldfarb, também professora da PUC-SP. O marco do

A carência de infraestrutura e laboratórios deu origem uma cultura livresca, mais erudita e menos experimental



Obra da artista Graziela Kunsch, exposta na 29ª Bienal de São Paulo

nascimento de um sistema nacional de ciência e tecnologia é a fundação do CNPq, em 1951.

A carência de laboratórios não é página virada. Um levantamento do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, mostra que a expansão da pós-graduação no Brasil é puxada pelas humanidades. À *Folha de S.Paulo* o coordenador do estudo, Eduardo Viotti, justifica com base nos altos custos a baixa ampliação de doutorados em ciências exatas e **da terra**.

Márcia e Ana Maria acrescentam a essa explicação o aumento de vagas nas faculdades particulares, concentradas em carreiras de custo baixo. A formação de caráter científico quase sempre requer dedicação integral, o que já elimina aqueles candidatos que

precisam trabalhar. A possibilidade de frequentar cursos noturnos aumenta o tempo da graduação e sofre concorrência das ofertas populares na linha “dois diplomas em dois anos”.

Mesmo assim, apenas 16% dos jovens entre 18 e 24 anos estão fazendo curso superior. Para Barroso, da UnB, antes de pensar na economia e nos empregos, é preciso se preocupar com a massa crítica brasileira. A seu ver, a população está despreparada para discutir temas de interesse coletivo de natureza científica, como bioética, aborto, células tronco.

“É como aquele *middle class* americano. São pessoas de baixa instrução, mas que podem comprar. A gente caminha para isso”, diz o professor. A sentença combina com o diagnóstico de Moreira Salles: “O País prospera à força de consumo, não de investimento

Ou geociências, aquelas voltadas para o estudo dos sistemas naturais do planeta Terra

Memória seletiva

Para o historiador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Ziller, se o fator ciência não aparece nas elaborações sobre identidade nacional, isso se deve mais ao radar dos brasileiros que à própria história. O professor afirma que o Brasil começou urbano, no litoral, e que, apesar dos mecanismos de censura, havia circulação de ciência nesses ambientes.

Segundo Ziller, a obra de Gilberto Freyre fixou a ideia de que a casa-grande,

no meio agrário, definiu os traços mais marcantes da nossa cultura. “Enquanto os historiadores estão preocupados com as relações sociais nas fazendas da época colonial, deixam de lado as atividades culturais produzidas nos centros urbanos. O Brasil já começou com a marca do conhecimento astronômico, trazido pelas caravelas. O próprio engenho de açúcar já era uma inovação enorme”, defende o professor.

ou invenção. Compramos coisas que foram pensadas lá longe, as quais serão brevemente superadas por outras coisas que também não terão sido pensadas aqui. É um processo estéril”.

Passo acelerado

Nas palavras do professor Drugowich, o Brasil aprendeu a investir dinheiro em pesquisa, mas ainda não sabe transformar pesquisa em dinheiro. Isso significa que há um *gap* entre o aumento exponencial da produção científica e os benefícios socioeconômicos percebidos.

O relatório mais recente sobre o Brasil do *think tank* Thomson Reuters qualifica o salto de produtividade científica como “fenomenal”. O País passou de 8 mil artigos publicados em 1998 para mais de 20 mil em apenas dez anos. Só o estado de São Paulo publica tanto quanto Argentina, México e Chile somados.

O salto marcado em pouco mais de uma década reflete o resultado de políticas públicas importantes. Os 16 **fundos setoriais** iniciados em 1999 bombearam novos recursos para Pesquisa & Desenvolvimento, apesar de um longo período de contingenciamento voltado para garantir superávit fiscal. Embora o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia esteja estagnado há anos em torno de 1% do PIB, o próprio crescimento do País possibilitou melhora dos investimentos nessa área.

“O problema é que nos países desenvolvidos, como EUA e Japão, os investimentos privados têm muito mais importância. E no Brasil são muito pequenos. Se tirarmos a indústria de informática, o resto é praticamente nulo”, diz o físico José Davidovich, representante da Academia Brasileira de Ciências.

Para Davidovich, remediar esse panorama requer uma mudança cultural no setor produtivo, acostumado durante décadas a um mercado fechado e à inflação extremada, que estimulavam mais especulação que produção. Em pesquisa realizada pelo IBGE, em 2005, com 95.300 empresas, apenas 6.168 declararam alguma atividade de P&D. A Lei da Inovação, aprovada em 2004, oferece incentivos fiscais, mas até o ano passado só 441 empresas haviam buscado o benefício.

Segundo o professor Drugowich, a concentração de C&T

Um dos motivos que levaram esses aspectos ao esquecimento, segundo Ziller, foram as mudanças do centro das decisões políticas e econômicas, da Bahia para o Rio de Janeiro e, mais tarde, para o Distrito Federal. “No fim do século XVIII, Salvador estava vicejando. Quando a capital se desloca, essa história se perde. Os novos centros vão interpretando o Brasil a partir daquilo que eles eram, ou seja, o Brasil não era nada.”

nas universidades sem conexão com o setor produtivo também tem raízes históricas, acentuadas durante o regime militar: “A gente achava errado porque a universidade era o último reduto de autonomia que não tinha sido vendido para os militares. Essa interação academia-indústria começa muito timidamente na década de 80 e só desabrocha nos anos 2000”.

É talvez irônico que as grandes realizações da ciência brasileira sejam justamente resultado de projetos econômicos estratégicos. Destacam-se a Embrapa, a dupla ITA/Embraer e a indústria do etanol (*leia mais na pág. 44*). Projetos de longo prazo que, no entanto, ainda não inspiraram aventura semelhante em outras áreas. No ano passado, o País perdeu 18 posições no ranking de inovação global da **Insead** – de 150º para 168º – e a revista *The Economist* [1] pergunta: “O Brasil pode se tornar inovador em seus próprios termos ou o crescimento recente não passa de um efeito colateral do apetite chinês por *commodities*?”

TOME NOTA

1 **Leia a análise completa em <http://www.economist.com/node/17522484>**

Para a Unesco, que no relatório sobre ciência em 2010 elogia os avanços brasileiros, restam ainda três desafios fundamentais: reduzir as disparidades regionais (quatro universidades no estado de São Paulo respondem por 60% das publicações científicas do País), incentivar P&D para os negócios, não apenas com recursos públicos, mas criando um ambiente profícuo para o investimento privado, e internacionalizar as melhores universidades.

No capítulo de conclusão, os autores observam que o investimento público em ciência ainda é questionado nos círculos políticos brasileiros. Prepararam dois bons argumentos que reproduzimos aqui: “Contribuir para o conhecimento universal torna os brasileiros mais aptos a determinar seu próprio destino”. Ou, para os mais pragmáticos: “Quanto mais conhecimento uma sociedade obtém com base em métodos científicos, mais rica ela se torna”. [2]

Leia o discurso de João Moreira Salles na íntegra e também o “Manifesto da Ciência Tropical”, do físico Miguel Nicolelis, na versão digital desta reportagem em www.fgv.br/ces/pagina22.

Instrumentos de financiamento de projetos de pesquisa. Os recursos vêm de impostos incidentes sobre setores específicos da economia

Uma das maiores escolas de negócios do mundo, com campi na Europa e na Ásia

O Processo Marrakesh teve início durante a reunião da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburg, com o objetivo de acelerar as mudanças globais em direção a padrões sustentáveis de consumo e produção

Análise

JOSÉ ELI DA VEIGA

Professor titular da FEA e orientador do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP www.zeeli.pro.br

Pra cá de Marrakesh

O plano brasileiro para uma “economia verde” corre o risco de ser uma coleção de ações microeconômicas sem conexão com o todo

Há duas esquisitices bem sintomáticas na versão do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançada em setembro pelo Ministério do Meio Ambiente para consulta pública.

A primeira surge logo na capa: não foi possível identificar uma central sindical de trabalhadores que esteja envolvida em atividades de gestão ambiental, produção mais limpa e desenvolvimento sustentável. Se existisse, ela compartilharia a autoria do documento com seis ministérios (Cidades, Ciência & Tecnologia, Fazenda, Indústria, Meio Ambiente e Minas e Energia), três entidades de empresas responsáveis (Cebds, Cempre e Ethos), duas confederações (Indústria e Comércio), dois serviços do sistema “S” (Sebrae e Senai), um banco (BNDES), uma organização de defesa dos consumidores (Idec), uma fundação de ensino e pesquisa (FGV) e uma associação de instituições de pesquisa (Abipti).

Esses dezessete atores elaboraram um excelente texto de 80 páginas que aponta o caminho que poderá levar o Brasil a ter uma “economia verde”, conforme a terminologia recentemente adotada pela ONU para se referir àquilo que desde 2003 o Processo de Marrakesh vem chamando de **Produção e Consumo Sustentáveis (PCS)**.

Em 2002, quando se fez um balanço da década na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburg, ficou patente que a questão do consumo não tinha evoluído na maioria dos países. Então, uma parceria de dois órgãos da ONU – o Programa para o Meio Ambiente (Pnuma) e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (Undesa) – ficou encarregada de promover um processo de mudança que acabou batizado de Marrakesh, devido ao local de sua

primeira reunião. Visa essencialmente dar aplicabilidade e expressão concreta à noção de PCS, solicitando e estimulando os países participantes a elaborar planos de ação que serão compartilhados em nível regional e mundial, gerando subsídios para a construção do Global Framework for Action on SCP (acesse www.unep.fr/scp/marrakech).

Na apresentação do PPCS brasileiro, a ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira alerta que sua elaboração foi mais do que cumprir esse compromisso assumido com as Nações Unidas na adesão ao Processo de Marrakesh. “Foi um ato revolucionário em muitos aspectos, pois desde sempre os atores que discutem a produção mais limpa não são os mesmos que buscam aumentar a consciência do consumidor em relação ao impacto ambiental e social de suas escolhas.”

De fato, há uma ótima passagem no documento brasileiro na qual foram apresentados 20 exemplos ilustrativos de iniciativas de PCS: Boas Práticas Agropecuárias, Campanhas de Consumo Consciente, Compras Públicas Sustentáveis, Portal de Contratações Públicas Sustentáveis, Novo Protocolo Verde ou Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, Estímulo às Cooperativas de Catadores, Fixação de Preço Mínimo de Produtos do Extrativismo, Varejo Sustentável, ISE Bovespa, Selo Procel, Procel Edifica, Construção Sustentável, Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Sistema Integrado de Bolsa de Resíduos (Sirb), Resíduos Sólidos, Inovação Tecnológica, Nota Verde, Turismo Sustentável, Programa de Substituição de Geladeiras, e Programa de Qualidade Ambiental – Colibri/ABNT.

Também é quase integral a coincidência entre esses 20 exemplos de iniciativas de PCS já em curso e as 17 prioridades identificadas como “espinha dorsal” do plano. Todavia,

apenas seis delas foram selecionadas pelo governo federal para os próximos três anos: Educação para o Consumo Sustentável, Compras Públicas Sustentáveis, Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), Aumento da Reciclagem de Resíduos Sólidos, Promoção de Iniciativas de PCS em Construção Sustentável e Varejo e Consumo Sustentáveis.

Depois do detalhamento dessa meia dúzia de prioridades, são explicadas as estratégias e os mecanismos de execução do plano, assim como um esquema de monitoramento. Pois é justamente nesse fecho que o leitor perceberá qual é a segunda esquisitice. Em 80 páginas, não há sequer uma menção ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Pior, o termo “investimento” só aparece em quatro passagens: duas consagradas à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em maio de 2008 para enfrentamento da crise, outra dedicada à A3P, e a quarta numa curta menção ao Programa Minha Casa Minha Vida.

É muito estranho que a nação adote um Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis que conversa com praticamente todos os programas do governo federal, exceto com o que ele considera o principal. Só se pode deduzir que o PPCS será uma ótima coleção de boas intenções microeconômicas sem qualquer conexão com a efetiva estratégia macroeconômica do governo: pisar no acelerador da insustentabilidade. [2]



Etanol é tudo?

Concentrar as apostas no que já temos *expertise* ou diversificar as fontes? O investimento em energia de baixo carbono no Brasil pede uma estratégia mais bem definida POR Renato Guimarães # FOTO Bruno Bernardi

Durante muito tempo, o Brasil era conhecido mundialmente por sua capacidade de inovação e domínio da tecnologia de uma atividade considerada fundamental em grande parte do mundo: o futebol. Se hoje já não somos a mesma potência futebolística de outros tempos, há outra área em que nos últimos anos ficamos imbatíveis, na opinião de especialistas: o domínio do ciclo de produção e distribuição do etanol feito à base de cana-de-açúcar. Mas este também é um jogo pesado, e que levanta importantes dúvidas. Estamos preparados para manter a liderança nos próximos anos? Mais que isso, as fichas em fontes de energia de baixo carbono devem ser colocadas principalmente no etanol?

Diante do alto risco de o Brasil sujar a sua matriz – o planejamento energético brasileiro em 2030 aponta justamente nessa direção –, o Plano Nacional de Mudança de Clima (PNMC) indica a expansão das fontes renováveis nos próximos 20 anos.

O destaque fica para os biocombustíveis, entre os quais o etanol figura como principal estrela. Não é por menos: o PNMC calcula que a substituição do combustível fóssil pelo etanol evitará o lançamento de cerca de 508 milhões de toneladas de CO₂ no período compreendido entre 2008 e 2017.

Desde que não provoque desmatamento, o etanol de cana reduz 80% das emissões de gases de efeito estufa se usado em substituição à gasolina pura, e em 77% das emissões no caso do diesel. (mais informações em <http://goo.gl/rMtIP>)

Lugar certo, na hora certa

Para o professor da USP e coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (INCT), Marcos Buckeridge, o Brasil deve investir em outras fontes renováveis de energia, tal como está previsto no PNMC, mas o foco principal precisa ser o etanol. Ele acredita que os recursos para investimento são limitados se comparados, por exemplo, aos Estados Unidos e, por isso, acha que o País deve se concentrar naquilo em que já é bom.

“Com isso não quero dizer que não devemos pesquisar e produzir outras fontes alternativas de energia, mas acho que temos de consolidar o Brasil como liderança mundial em biocombustíveis. Somos considerados agora líderes mundiais no etanol, mas, até quando?”

José Luiz Oliverio, vice-presidente de Tecnologia e Desenvolvimento da Dedini, indústria pioneira no fornecimento de equipamentos e plantas completas para o setor sucroalcooleiro, é enfático ao defender o álcool brasileiro produzido a partir da cana-de-açúcar como o mais adequado para fazer frente

aos desafios econômicos e ambientais gerados pela busca de alternativas de energia de baixo carbono. “Em termos de tecnologia, de condições competitivas, considerando-se o ciclo completo de produção do etanol, o Brasil é imbatível. Produzimos maior quantidade a um menor custo e com condições de sustentabilidade incomparáveis.”

Para o executivo, a posição do Brasil no mercado de etanol ficará ainda mais consolidada a partir do Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar, lançado pelo governo federal em 2009, que prevê a possibilidade de a área de plantio chegar a 64 milhões de hectares, ocupando até 7,5% do território nacional. Isto – espera-se – sem a necessidade de incorporar novas áreas e com cobertura nativa ao processo produtivo ou afetar diretamente as terras utilizadas para a produção de alimentos.

O Zoneamento para a cana-de-açúcar proíbe a expansão dos cultivos nos biomas mais sensíveis – Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai – ou por meio de desmatamento de vegetação nativa, como o Cerrado. (mais em www.cnps.embrapa.br/zoneamento_cana_de_acucar)

Na safra de 2008, para se ter uma ideia, foram plantados 8,89 milhões de hectares de cana-de-açúcar, o que representa cerca de 1% do território nacional. “Isso mostra o potencial de expansão da cultura, que se soma a inovações tecnológicas no sentido de aumentar a produtividade por área plantada.”

Outro ponto importante que deve ajudar o etanol brasileiro a aumentar a sua participação no mercado internacional são as diversas iniciativas de certificação sendo desenvolvidas e implantadas. A Comissão Europeia, por

exemplo, divulgou em julho uma série de regras que produtores e distribuidores de biocombustíveis deverão seguir para que seus produtos recebam a certificação de sustentabilidade do bloco, atendendo a critérios sociais e ambientais.

Uma das exigências é a de que o biocombustível em questão deverá emitir ao menos 35% menos de gases de efeito estufa em comparação aos combustíveis de origem fóssil. Essa porcentagem aumentará para 50% em 2017 e 60% em 2018, no caso dos produzidos em novas instalações. O etanol produzido no Brasil enquadra-se e supera esses critérios, ao gerar acima de 80% a menos de emissões.

Novas gerações

Tudo isso se refere ao chamado “etanol de primeira geração”, ou seja, ao processo de obtenção do combustível por meio da transformação da glucose da cana-de-açúcar. Mas a busca por inovações não para e já há diversos países, incluindo o próprio Brasil, investindo em pesquisas para dar escala comercial ao chamado “etanol de segunda geração”, proveniente da transformação da celulose, cuja fonte é muito mais ampla e inclui, além da cana e do milho, até mesmo cascas de árvores, resíduos vegetais e capim.

Para Marcos Buckeridge, ainda há muito espaço para a exploração do etanol de primeira geração, mas o Brasil não pode “dormir no ponto”. “Não podemos dizer que estamos em uma situação confortável no que se refere às pesquisas de novas gerações de etanol ou de outros biocombustíveis.”

Em sua opinião, Estados Unidos, Europa, China e Coreia, por exemplo, têm um nível de investimento em pesquisa

PROPOSTAS PARA O BAIXO CARBONO

A forte crítica ao processo de “ensujamento” da matriz energética brasileira, feita por Marcos Jank, presidente da Unica, foi um dos pontos de destaque do seminário “Caminhos internacionais para uma economia de baixo carbono”, promovido em 9 de novembro pela plataforma Empresas pelo Clima (EPC), do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-Eaes (GVces).

Mais do que conhecer experiências nacionais e internacionais de gestão empresarial para baixo carbono, o evento foi uma oportunidade para apresentar à sociedade uma série de propostas para políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de uma economia “verde” no País.

Mario Monzoni, coordenador do GVces, mostrou os estudos que levaram à confecção do documento *Recomendação de Políticas Públicas para uma Economia de Baixo Carbono no Brasil*. O trabalho é resultado de um ano de estudos centrados nos setores de energia, transporte e agricultura, mostrando a inter-relação entre eles e trazendo uma série de recomendações que em seguida foram encaminhadas ao novo governo.

Entre elas estão: a ampliação do uso de fontes renováveis de energia (desconsiderando as grandes hidrelétricas, devido ao seu alto impacto socioambiental) e a conservação ou uso de forma mais eficiente dos recursos energéticos; a busca por mais eficiência do setor de transportes por meio da integração intermodal, além da ampliação do uso de biocombustíveis na matriz energética do transporte; e o desenvolvimento e difusão de tecnologia agropecuária de menor intensidade carbônica. O documento pode ser baixado em: http://intranet.gvces.com.br/cms/arquivos/recomendacoes_epc.pdf

muito alto, são rápidos em desenvolver soluções e o fazem a partir de uma conexão muito boa com a indústria. “Caso o Brasil não se mexa em níveis comparáveis, podemos acabar perdendo nossa supremacia tecnológica no setor.”

Opinião semelhante tem José Manuel Cabral, chefe de comunicação e negócios da Embrapa Agroenergia, que reforça que o nível de investimento total em pesquisa, inovação e tecnologia dos Estados Unidos é de aproximadamente 2,75% do PIB e no Japão passa dos 3%. No Brasil está em torno de 1,1% do PIB, perdendo até para outros países emergentes.

Cabral acredita que no País existe ótima capacidade técnica, com bons profissionais e laboratórios, mas que é preciso aumentar o número de pessoas envolvidas na pesquisa de etanol e biocombustíveis. “Isso tem um aspecto estratégico para o Brasil. É só pensar, por exemplo, que, se formos capazes de dar escala comercial à transformação do bagaço da cana em etanol, usando tecnologia de segunda geração, pode-

remos elevar em 30% a 40% o volume total de álcool produzido sem aumentar a área cultivada.”

Sem descarte

Quando se fala em economia de baixo carbono, os desafios não ficam apenas no desenvolvimento de alternativas aos combustíveis fósseis, como o etanol, mas incluem também o uso mais eficiente dos recursos já existentes. Este é outro ponto para o qual o Brasil precisa ficar mais atento, segundo a opinião do professor Gilberto Jannuzzi, coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético da Unicamp.

Ele cita o exemplo da grande reserva de carvão mineral que o Brasil tem e que poderia ser explorada de maneira mais eficiente, se houvesse tecnologia para isso. “É um carvão muito ruim, mas é uma grande reserva passível de ser explorada. Só que estamos muito atrasados em descobrir como usá-lo de uma maneira mais limpa.”

Jannuzzi defende que, quando se fala em economia de baixo carbono, não

se deve excluir nem mesmo o uso de combustíveis fósseis, desde que exista a capacidade de usá-los de maneira mais eficiente.

Nesse contexto, o papel indutor do governo, por meio das políticas públicas na área de energia, assume uma relevância especial, como destaca Alfred Szwarc, consultor de Emissões e Tecnologia da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Para ele, ações como o Proinfa, o programa federal de estímulo às fontes alternativas de energia elétrica, são importantes para sinalizar para o mercado a direção estratégica que o Brasil deseja seguir.

“Na verdade, não conheço nenhum programa de energias alternativas no mundo que tenha dado certo ou tido continuidade sem apoio inicial dos governos.” Szwarc lembra que com o etanol também foi assim, por meio do Proálcool. “Hoje ele se firmou e praticamente segue sem grandes ajudas do governo. No caso de outras possibilidades, como o etanol de segunda geração, esse apoio será fundamental.”

Como destaca Marcos Buckeridge, trata-se de uma questão de visão política a decisão de garantir que existam recursos suficientes para pesquisa e que as inovações tecnológicas sejam incorporadas pela indústria e cheguem aos consumidores finais. A esse ciclo ele chama de “prova de conceito”. “Se o Brasil consolidar isso com o etanol, se completar esse ciclo, aí poderemos passar para outros setores, investindo de maneira coordenada em outras áreas estratégicas.”

Ou seja, para o pesquisador, o investimento no etanol como produto estrela da economia de baixo carbono brasileira não se justifica apenas pelo produto em si e seu valor de mercado. “É essa prova de conceito de que o Brasil consegue realmente se planejar e atuar de maneira coordenada e estratégica.”

Especialista defende uma estratégia que inclua até mesmo as fontes fósseis

Paragominas: sim, ainda é possível

O município paraense é exemplo de uma bem-sucedida estratégia local replicável à região amazônica

Um município com 97 mil habitantes, do tamanho de Sergipe, que já teve quase metade do seu território desmatado ao longo de décadas de exploração predatória, mostra que é possível combater o fogo e a motosserra com integração social, educação e vontade política. Os ganhos não foram somente ambientais. O pacote de sustentabilidade adotado pelo município trouxe impactos sociais, culturais e econômicos positivos.

Paragominas, no Pará, colocou em prática uma série de políticas que lhe renderam, recentemente, o Prêmio Chico Mendes 2010 e a exclusão do nome da cidade da **Lista do Desmatamento** – foi o primeiro município incluído na relação do Ministério do Meio Ambiente a conseguir esse feito. A queda no desmatamento não foi o único critério de avaliação da performance do município, mas também a participação popular, a efetividade das ações, o impacto social (na educação, por exemplo) e os potenciais de inovação e difusão.

Apesar de essas mudanças terem surgido somente a partir da última década e se intensificado nos últimos dois anos, devido a pressões externas – seja do mercado internacional, seja do governo federal –, o município soube ir além do cumprimento legal e envolver diretamente a sociedade na busca por soluções efetivas e duradouras.

Com apenas dois anos do Projeto Município Verde – uma criação coletiva da prefeitura e de membros de toda a sociedade

local –, Paragominas tornou-se o município que menos desmata na Amazônia, com uma redução, nesse período, de mais de 90%, equivalente a 38 quilômetros quadrados de desmate. E, para compensar o prejuízo do passado, o município já plantou mais de 50 milhões de árvores em áreas de reflorestamento, o que contribuiu para gerar a maior área de floresta certificada com Selo Verde da Amazônia, no Pará. O pioneirismo com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), por sua vez, já atingiu 92% das propriedades rurais da região, trazendo para a luz da legalidade milhares de produtores e facilitando o processo de regularização fundiária, ainda pendente em toda a Amazônia.

A economia de Paragominas não mais se baseia apenas na exploração madeireira, mas em um conjunto de atividades

que incluem, por ordem de importância no PIB, a mineração (projeto de beneficiamento de bauxita da Vale do Rio Doce), a agricultura (soja, milho e arroz), as indústrias madeireira e de reflorestamento (produção de **MDF**), a pecuária e serviços. Em algumas dessas atividades, pode-se já notar o alinhamento do desenvolvimento

econômico à proteção ambiental, sinalizando a busca pela sustentabilidade na prática.

Para entender como essa revolução aconteceu em Paragominas, é preciso voltar um pouco no tempo e conhecer melhor sua história. O ciclo do desmatamento na região em que o município se encontra, nordeste do estado paraense, iniciou-se com a construção da Rodovia BR-010, a Belém-Brasília, na década de 50. Primeiramente, o foco estava na intensa exploração da madeira, com mais de 300 madeireiras em ação. Aos poucos, essa atividade econômica foi sendo substituída e, atualmente, existem apenas 15 madeireiras na região.

Segundo estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 1995 – o pior ano da história ambiental de

Paragominas – foram derrubados 29 mil quilômetros quadrados de floresta, o equivalente ao território da Bélgica. Nessa época, a extração



O ranking criado em 2007 pelo MMA, contempla hoje 43 municípios, responsáveis por 55% do desmatamento da Amazônia Legal em 2008. Os critérios para inclusão na lista são área total desmatada, aumento da taxa de desmatamento nos últimos cinco anos e derrubada de área igual ou maior que 200 quilômetros quadrados de floresta em 2008

Sigla em inglês para designar placa de fibra de madeira de média densidade

era feita por meio do **correntão** e da **garimpagem florestal**, técnicas altamente predatórias. A fama de Paragominas, já nessa época, não era das melhores. A cidade era conhecida como “Paragobalas”, pois os jagunços protegiam os grileiros e as desavenças eram resolvidas na base do tiro. A conta sobrou para o meio ambiente, que viu aproximadamente 45% da sua cobertura vegetal ser devastada.

Até os planos de manejo não operavam de forma regular. Um relatório de 1996 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de Belém, em colaboração com o Ibama, revelou que 93% dos planos

empregados no município não consideravam as trilhas de arraste das toras, necessárias para minimizar o impacto

causado pela extração da madeira na floresta. Além disso, conclui-se que as madeireiras usavam os planos de manejo florestal para “legalizar” a exploração ilegal.

Anos depois, em abril de 2008, dois meses após Paragominas ter sido incluída na lista dos municípios que mais desmataram a Amazônia, a região foi alvo da Operação Arco de Fogo, da Polícia Federal, que visava combater a extração e a venda clandestina de madeira. A operação causou um grande impacto no município, elevando ainda mais o desemprego, com o

Técnica que funciona com dois tratores lado a lado, a 50 metros de distância, unidos por uma corrente esticada. À medida que os tratores avançam, a corrente derruba tudo que encontra pelo caminho, com alto impacto ambiental e baixíssimo aproveitamento da madeira para fins comerciais

Técnica pela qual os exploradores entram na floresta com um trator de esteira que derruba o que for necessário para encontrar madeira de valor

fechamento de inúmeras madeireiras, e deixando a população indignada por ter de arcar com a irresponsabilidade dos que operavam na ilegalidade.

A resposta veio no mesmo mês, quando o prefeito Adnan Demachki assinou o Pacto pela Valorização da Floresta e pela Eliminação dos Desmatamentos na Amazônia, conhecido como Pacto pelo

Desmatamento Zero, lançado por organizações ambientalistas com o objetivo de eliminar o desmatamento amazônico até 2015.

Mas isso não era o bastante, era preciso garantir o envolvimento e o comprometimento da população para vencer, definitivamente, o problema do desmatamento. Ciente disso, o prefeito convocou membros de toda a sociedade paragominense para discutir uma solução que fosse compartilhada e apoiada por todos. Foi então que nasceu o Projeto Município Verde, por meio de uma cooperação entre a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Produtores Rurais, com o apoio de entidades municipais, estaduais e não governamentais (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon e The Nature Conservancy – TNC).

Para avaliar o alcance das metas estipuladas no projeto – entre as quais se destacam o microzoneamento econômico-ecológico; a capacitação de agentes ambientais; a inclusão da educação ambiental no currículo escolar; e a ampliação e o incentivo a áreas de reflorestamento e de manejo florestal –, foi elaborado um diagnóstico socioeconômico e florestal do município, bem como um monitoramento mensal do desmatamento detectado pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), em parceria com o Imazon. A frequência mensal do monitoramento para uma cidade era algo inédito até então, e foi fundamental para identificar com mais rapidez e exatidão os madeireiros criminosos.

Mesmo com a aprovação do projeto pela população, Paragominas sofreu, pouco tempo depois, com o vandalismo de exploradores ilegais de áreas indígenas que atacaram a base do Ibama no município. Esse episódio levou o então ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, a visitar a região e fechar mais

duas madeireiras. Após a visita, em outubro de 2008, o prefeito fez uma audiência pública e, junto com a TNC e o Imazon, lançou o Cadastro Ambiental Rural (CAR), ferramenta de identificação de imóveis rurais emitida pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, que é o passo inicial para o licenciamento ambiental das propriedades. A expectativa era que Paragominas fosse o primeiro município do bioma amazônico a atingir 100% de suas propriedades rurais cadastradas, o que, para um município com 88% do seu território na zona rural, é de grande relevância.

Recentemente, em março deste ano, a prefeitura reafirmou o Pacto pelo Desmatamento Zero e assinou um novo pacto, buscando ir além da legalidade. Trata-se do Pacto pelo Produto Legal e Sustentável, que passa a exigir da produção agropecuária da região a observância do tripé da sustentabilidade e vem estudando a criação de um selo de origem para certificar os produtos locais. O pacto inaugurou uma nova fase do Projeto Município Verde, ao incluir a busca pela sustentabilidade na produção e criar condições para que o município pudesse se tornar modelo de desenvolvimento sustentável.

Todos esses avanços fizeram o município literalmente renascer das cinzas, mas ainda há grandes desafios pela frente. O impasse da regularização fundiária, segundo o prefeito Demachki, é o maior desafio para a região. Ele acredita que, para acelerar o processo burocrático, o governo federal deveria doar suas glebas para os estados, de forma que o município pudesse se articular diretamente com uma instância somente. “A regularização fundiária é necessária para viabilizar o manejo florestal sustentável na região e gerar renda no campo – além de ser uma poderosa arma para combater o desmatamento, uma vez que identifica o proprietário da terra que deve ser responsabilizado”, avalia.

A experiência de Paragominas nos mostra que cumprir com as obrigações é apenas o primeiro passo. Lançar desafios, questionar modelos e promover diálogos inclusivos é um corajoso caminho para que transformações realmente aconteçam. [LZ](#)

Leia sobre os avanços do município na área da educação na versão digital desta reportagem em www.fgv.br/ces/pagina22

Pintado de verde-amarelo

Nem só de atum, salmão e peixe-branco vive a culinária oriental. O uso de espécies brasileiras alivia a pressão de consumo sobre aquelas que tradicionalmente frequentam as bandejas do japonês. Aqui, o "molho" da Amazônia e do Pantanal melhorou seu prato. Tambaqui e pirarucu; pintado e pacu são peixes desses biomas, que, criados em cativeiro pela empresa Mar&Terra, do

Grupo Axial, também contribuem para combater a pesca predatória nas águas doces brasileiras. Em novembro, na capital paulista, o restaurante Nakombi promoveu uma temporada com as iguarias. Entre outros restaurantes que se servem dos peixes da Mar&Terra, estão Almanara, Galetto's, Barbacoa e Shintori, além dos hotéis Caesar Park e Renaissance. — por **Amália Safatle**



FOTO: RUBENS CHAVES

Você pode não ver a diferença.



Mas a natureza vê.



Incentivar o uso de madeira legal na construção civil e contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia são compromissos da CAIXA. É por isso que ela sempre exige o certificado de origem da madeira antes de conceder crédito habitacional para as construtoras e outras instituições. **Responsabilidade ambiental: faz a maior diferença.**



caixa.gov.br

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Informações, reclamações, sugestões e elogios
0800 726 2492 - Atendimento a pessoas com
deficiência auditiva ou de fala
0800 725 7474 - Ouvidoria





Todos os cantos
num só canto.

Feliz Brasil para você.

Todos os cantos do país num só canto. A mistura cultural do Brasil também poderia ser chamada de mixagem cultural. Os ritmos de raiz se misturam aos ritmos urbanos, harmonizando dissonâncias, criando novas sonoridades. A música aquece nossas relações e é a mensageira mais direta da nossa alegria e da nossa fraternidade. A Natura quer juntar todos os ritmos, todas as melodias, todas as vozes numa só celebração. Venha cantar com a gente, acesse www.felizbrasilparavoce.com.br


natura
bem estar bem